



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA I
CAMPUS I
CURSO DE URBANISMO**

MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES DA SILVA

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS E
SUSTENTABILIDADE:
O CASO DO LOTEAMENTO COLINA DO MAR PARIPE-SALVADOR - BAHIA**

Salvador
2008

MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES DA SILVA

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS E
SUSTENTABILIDADE:**
O CASO DO LOTEAMENTO COLINA DO MAR PARIPE-SALVADOR - BAHIA

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, para obtenção do título de Bacharel em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia.
Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes.

Salvador
2008



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA I
CAMPUS I
CURSO DE URBANISMO**

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS E SUSTENTABILIDADE:
O caso do Loteamento Colina do Mar Paripe-Salvador -Bahia**

Monografia para obtenção do título de Bacharel em Urbanismo

Maria das Graças Rodrigues da Silva

Banca Examinadora

Prº Dr. Eduardo Nunes

Prº. Dr. Sebastião Heber Costa

Prº Rita

Salvador
2008

*Dedico a todos que acreditam em
uma Salvador menos desigual e com mais justiça social.*

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter me iluminado durante todo o curso, principalmente no momento final de elaboração deste trabalho.

Esta pesquisa não poderia ser realizada sem a colaboração de várias pessoas, dentre as quais torna-se necessário salientar:

_Aos meus pais, que sempre investiram em meus estudos e acreditaram em mim, meus parentes pelo incentivo em todas as etapas deste trabalho, ao meu namorado Renato pelo apoio emocional sempre que necessário e suporte técnico com os equipamentos digitais.

_Ao prof. Cosme pela ajuda na parte cartográfica do trabalho.

_ Patrícia e Flavia Fernandes minhas grandes amigas que sempre me apoiaram e me ajudaram sempre que precisei, principalmente no final deste trabalho quando fiquei sem o meu computador.

_Minhas amigas de turma Gabriela Correa, Gabriela Fonseca, Isa Maciel, Camila Rocha, Nara Bittencourt, Adilza Matos, Andréia de Jesus e ao meu amigo Diego pela amizade dispensada por eles sempre.

_Aos meus amigos Igor Santana, Dionalle, Renata Vêras e Veronice que sempre me transmitiram muita confiança.

_Vinicius Cardoso, Ana Paula dos Anjos, Rita Jane e Ana Maria funcionários dos órgãos públicos desta cidade que sempre me atenderam com muita atenção e paciência.

_Professor Eduardo Nunes, meu querido orientador, a quem sou eternamente grata e sem o qual com certeza minha trajetória na Universidade não teria sido tão enriquecedora. Sempre com muito carinho e dedicação esteve disponível para me atender, além de me mostrar que responsabilidade e pontualidade são fundamentais no meio acadêmico e na vida, bem como por todo o apoio no decorrer do curso desde o quarto semestre.

_Finalmente agradeço a toda a comunidade do Loteamento Colina do Mar (D. Isabel, Dores, Jô, Vera, Maria Rosa, Cacau), dando destaque para Dona Creuza que sempre me receberam com muita atenção e sem as quais este trabalho não teria sido possível.

Palmares 1999- Natiruts

A cultura e o folclore são meus
Mas os livros foi você quem escreveu
Quem garante que Palmares se entregou
Quem garante que Zumbi você matou
Perseguidos sem direitos nem escolas
Como podiam registrar as suas glórias
Nossa memória foi contada por você
E é julgada verdadeira como a própria lei
Por isso temos registrados em toda história
Uma mísera parte de nossas vitórias
É por isso que não temos sopa na colher
E sim anjinhos pra dizer que o lado mau é o candomblé

A energia vem do coração
E a alma não se entrega não
A energia vem do coração
E a alma não se entrega não

A influência dos homens bons deixou a todos ver
Que a omissão total ou não
Deixa os seus valores longe de você
Então despreza a flor zulu
Sonha em ser pop na zona sul
Por favor não entenda assim
Procure o seu valor ou será o seu fim
Por isso corres pelo mundo sem jamais se encontrar
Procura as vias do passado no espelho mas não vê
Que apesar de ter criado o toque do agogô
Fica de fora dos cordões do carnaval de Salvador

RESUMO

Este trabalho trata dos principais resultados de uma investigação que teve como objetivo geral estudar os impactos socioambientais presentes no Loteamento Colina do Mar, em Paripe, subúrbio de Salvador a partir da percepção dos moradores. Bem como, tecer considerações a respeito da importância da sustentabilidade urbana na cidade. Para tanto, foi construído um breve aporte teórico a partir dos autores BRAGA (1994), CORRÊA (2002), SOUZA (2000), JACOBI (1999), ALVA (1997), DA VEIGA (2007) e ACSELRAD (1999) que serviram como base para o desenvolvimento do trabalho, no sentido de analisar a atual realidade do local. Para a análise do Loteamento Colina do Mar, a forma de parcelamento do solo utilizada e o contexto histórico que surgiu a ocupação mostraram-se indispensáveis, uma vez que se compreende a forma de ocupação do espaço urbano como também reflexo social de ações acumuladas. Através de uma metodologia baseada na história oral o trabalho privilegiou a voz dos que conhecem e vivem no local. Como conclusão o trabalho revelou a face perversa da condição de vida dos cidadãos da periferia de Salvador, seus problemas e riscos de viver em lugares com problemas urbanos muito graves e a pouca ou desorganizada atuação do planejamento urbano no local.

Palavras-Chaves:. Impactos socioambientais, loteamento e sustentabilidade urbana

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

Tabela 01 – Ocupações do tipo invasão em Salvador até 1989.....	27
Tabela 02-Leis que dispõem sobre o espaço urbano na década de 1980	28
Tabela 03-Dados do Conjunto habitacional aprovado em 1982	55
Tabela 04-Dados do programa Viver Melhor	60
Tabela 05-Ocorrências registradas na CODESAL da área	64
Tabela 06-Rendimento dos responsáveis por setor	68

MAPAS

Mapa 01- Ocupações do tipo invasão em Salvador até 1989	26
Mapa 02-Localização da área de estudo em Salvador	46
Mapa 03-Situação do loteamento Colina do Mar.....	81

GRÁFICOS

Gráfico 01-Rendimento dos responsáveis por domicílio.....	68
---	----

FOTOS

Foto 01- Foto aérea 1979	65
Foto 02-Foto aérea 1989	65
Foto 03-Foto aérea 1997	66
Foto 04-Foto aérea 2006	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMLEMP - Associação Beneficente dos Moradores do Loteamento “Colina do Mar”

CF - Constituição Federal

CODESAL - Coordenadoria Especial de Defesa Civil

CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

CRA - Coordenação de Recursos Ambientais

DUEL - Departamento de Urbanismo Edificações e Loteamentos

EMBASA - Empresa Baiana de águas e Saneamento S.A

ETA - Estação de Tratamento

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU - Imposto Predial territorial urbano

LOUOS - Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PMS - Prefeitura Municipal de Salvador

RF - Regularização Fundiária

SEPLAM - Secretaria Municipal do planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

SGDC – Sistema de Gerenciamento da Defesa Civil

SUCOM - Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

URBIS - Habitação e Urbanização da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1- ESPAÇO URBANO E EXCLUSÃO SOCIAL	16
1.1 Os grupos sociais excluídos como agentes produtores do espaço	16
1.2 Contextualização: O espaço urbano de Salvador na década de 1980.....	21
1.3 Sustentabilidade Urbana.....	30
1.4 Impactos socioambientais Urbanos	39
CAPÍTULO 2 - O LOTEAMENTO COLINA DO MAR	45
2.1 Localização da área de estudo.....	45
2.2 Aspectos históricos de Paripe.....	47
2.3 O processo de ocupação e consolidação do Colina do Mar.....	54
2.4 Aspectos sócioeconômicos.....	67
2.5 Aspectos geomorfológicos.....	69
CAPÍTULO 3 - A PERCEPÇÃO SOCIOAMBIETNAL DOS MORADORES	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICES	88
ANEXOS	98

INTRODUÇÃO

De que se trata este trabalho? Ele aborda os impactos socioambientais presentes no Loteamento Colina do Mar em Paripe, subúrbio de Salvador, principalmente a partir da percepção dos moradores que vivem em área de risco. Será discutida ainda a importância da sustentabilidade no meio urbano, sobretudo em áreas com problemas graves de infra-estrutura e habitação.

Este material não significa apenas um trabalho de conclusão de curso, mas também é uma realização pessoal tratar de um tema tão discutido na atualidade aplicado ao bairro onde sempre vivi, por isto está sendo realizado com muita satisfação.

O interesse pelo tema aqui abordado surgiu pela necessidade de compreender como se dá o processo de consolidação de uma ocupação irregular, bem como os impactos existentes após a ocupação e as formas que os moradores criaram para driblar os problemas.

Numa cidade onde os problemas ambientais estão se agravando rapidamente e com uma lentidão para as soluções deles, é importante analisar um Loteamento que não é regularizado na cidade do Salvador, seus impactos e de que forma o local pode tornar-se mais agradável do ponto de vista urbanístico e social.

Nesse sentido, a escolha do Loteamento Colina do Mar deu-se em função dessa comunidade estar situada em uma encosta e parte das habitações em iminente risco de desabamento. Os problemas norteadores deste trabalho foram compreender quais os impactos socioambientais que afetam esta população, bem como os que ela própria produz, a percepção ambiental dos moradores, as formas de driblar os riscos

presentes no local e quais as medidas necessárias para minimizar os problemas no Loteamento Colina do Mar.

Com base em uma abordagem metodológica pluralista, utilizou-se tanto o método quantitativo através de levantamentos dos setores censitários do IBGE referentes à área, informações de órgãos públicos (SUCOM) a respeito do projeto de implantação do conjunto, além de dados recorrentes das condições de pluviometria da cidade que afetam as estruturas das ocupações em áreas de risco, como também, as metodologias qualitativas como a do Estudo de Caso, linha de abordagem que possibilita informações mais detalhadas. Para este tipo de metodologia optei por recorrer a várias técnicas de coleta de informações, tais como entrevistas semi-estruturadas, questionários e observações.

Para este trabalho optou-se por um questionário composto de perguntas fechadas e abertas, que abrangiam os indicadores socioambientais importantes para se obter as informações (resíduos sólidos, água e esgoto, infra-estrutura e bem-estar coletivo, saúde pública, educação pública, habitação trabalho e renda). Foram aplicados onze questionários todos seguidos de entrevistas e em quase sua totalidade com as mulheres em virtude de ficarem maior parte do tempo no ambiente domiciliar.

Para uma melhor compreensão da área de estudo foi feita uma revisão bibliográfica pertinente ao assunto, bem como análises comparativas da realidade socioambiental de alguns municípios e Estados. Além da Pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas e questionários foi de fundamental importância a utilização da técnica de história oral para dar voz aos que vivem no dia a dia e registro fotográfico. A análise documental e de dados secundários foram realizadas no IBGE, SUCOM, CONDER, arquivos das associações de moradores e documentos pessoais antigos dos moradores. As anotações feitas no diário de campo, durante as visitas foram importantes na finalização do trabalho.

Foi utilizado neste trabalho tabelas e gráficos com dados sócios econômicos do local, mapas, utilizando-se o programa map info para o mapeamento das casas condenadas e ainda fotos aéreas que irão mostrar a evolução do loteamento em quatro décadas diferentes.

O trabalho está organizado em três capítulos dispostos da seguinte forma: No capítulo 1 foi realizada uma reflexão teórica dos principais conceitos que estão diretamente ligados com o tema. Uma abordagem a respeito dos agentes responsáveis pela estruturação do espaço urbano, enfatizando a participação dos grupos excluídos em tal processo. Discussão sobre a sustentabilidade Urbana, Impactos socioambientais. E ainda serão tecidas considerações sobre a situação do espaço urbano da cidade do Salvador na década de 1980.

No capítulo 2, foram analisadas, informações a respeito da localização da área de estudo, caracterização de aspectos históricos e sócio-econômicos do loteamento.

No capítulo 3 foi elaborado o perfil da população estudada, bem como apresentado a percepção e expectativas dos moradores do loteamento a partir dos questionários e as entrevistas realizadas.

Para este trabalho foram fundamentais referencias como BRAGA (1994), CORRÊA (2002), SOUZA (2000), JACOBI (1999), ALVA (1997), DA VEIGA (2007) e ACSELRAD (1999). Vale acrescentar aqui que foi valorizada a voz dos que vivenciam os impactos relatados neste estudo, pois a população nunca tem a oportunidade de ser ouvida com atenção. Aqui, portanto, a vez é dos moradores.

Numa cidade onde uma grande parcela da população é considerada de baixa renda e está sujeita a inúmeros riscos, só podendo adquirir um local de moradia longe do centro e com pouca ou sem nenhuma infra-estrutura, muitas vezes, sem os serviços públicos necessários em locais que possuem uma estrutura topográfica que necessita de atenção especial para a ocupação, para o urbanista mostra-se necessário uma maior compreensão dos impactos socioambientais que esta população sofre e provoca, além de tentar contribuir para uma ampliação dos estudos nessa área e fornecer informações para a comunidade.

Analisar os impactos socioambientais urbanos no subúrbio de Salvador, estimulará a reflexão sobre a urgência de um planejamento mais participativo com essa população, bem como, a necessidade desenvolver políticas que melhorem as condições de vida da população pobre pois, os problemas têm-se agravado rapidamente. É preciso, portanto, tentar minimizá-los em uma proporção significativa.

A maior dificuldade para elaboração de tal documento foi encontrar dados oficiais sobre a região estudada nos órgãos públicos da cidade de Salvador. Enfrentar este obstáculo serviu como um desafio importante para a conclusão deste material, caso contrário, o local continuaria a ser carente de estudos e pesquisas.

É importante registrar aqui os medos que tive durante a elaboração do trabalho. O medo principal é comum à maioria dos cidadãos - a violência urbana - principalmente após ter sido vítima quando me dirigia para a área de estudo quando uma pedra lançada na janela do ônibus que viajava quebrou o vidro e os estilhaços provocaram uma hemorragia no olho direito e a um corte na córnea do olho esquerdo ainda não cicatrizado. Mas o medo está sendo superado e dando lugar a um sentimento de responsabilidade para com esta população. Afinal, havia sido vítima naquele dia e eles são a todo momento vítimas desta sociedade.

Uma das angústias que sofri durante o período do trabalho de campo eram logo após as entrevistas e os depoimentos das pessoas, pois elas falavam de seus problemas e eu, como estudante de urbanismo, não tinha como solucioná-los e sempre me colocava na condição de igualdade e nunca demonstrava um sentimento de pena.

Vale acrescentar ainda aqui algo de interessante que durante as visitas de campo foi percebido. Quando saía com determinados objetivos, ou então com uma determinada quantidade de questionários para serem aplicados, nem sempre, conseguia cumprir o objetivo em sua totalidade e, às vezes, nem mesmo com uma parcialidade significativa. Tal situação ocorria devido à carência que estas pessoas possuem em serem escutadas e então quando começavam a expor seus problemas e necessidades se prolongavam falando de assuntos os mais variados. Diversas vezes surgiam assuntos que não estavam relacionados com o objetivo central e gerava conversas interessantes. Tal experiência foi extremamente enriquecedora.

CAPÍTULO 1 - ESPAÇO URBANO E EXCLUSÃO SOCIAL

1.1 Grupos sociais excluídos como produtores do espaço

Antes de tratar do tema do trabalho faz-se necessário tecer considerações sobre a relação entre a produção do espaço e os grupos sociais excluídos, uma vez que estes últimos são resultantes da forma como se dá o processo de utilização do espaço.

O espaço urbano é resultado de ações de vários segmentos que compõem a sociedade, tais como: os proprietários dos meios de produção (em especial os proprietários industriais), proprietários fundiários os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos são de acordo com Corrêa os responsáveis pela produção do espaço:

O espaço urbano capitalista-fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e **engrenadas** por agentes que produzem e consomem o espaço. (Corrêa, 2002,p.11).

Aqui será descrito de forma abrangente a atuação de cada um deles e será dado ênfase apenas para os grupos sociais excluídos. Pois estes são os atores no processo de ocupação aqui estudado e, localizados, na maioria dos bairros periféricos da capital baiana.

Os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano realizam tal processo de forma complexa, uma vez que a cidade¹ passa por intensos e rápidos processos de

¹ Aqui entendida como centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político. Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se produza bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde as pessoas trabalham; uma cidade é um local onde as pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar.(SOUZA, 2005, p.28)

transformação, onde acontecem reorganizações que beneficiam a poucos e refletem em sua totalidade os desejos e anseios da classe dominante. Para tanto muitas são as estratégias criadas para que consigam seus objetivos.

A importância de cada agente e algumas estratégias criadas por eles que contribuem para a produção do espaço são abaixo descritas tendo como base o trabalho de Corrêa(2002) que trata da análise do espaço urbano:

Proprietários fundiários: almejam sempre que suas propriedades possam ter um valor elevado. Assim, desejam um aumento do perímetro da cidade, pois a terra urbana possui um valor maior que a terra rural. Estão basicamente sempre interessados no valor de troca da terra a seu valor de uso. Para alcançar tal objetivo eles utilizam de vários artifícios até mesmo pressionar o Estado para que efetue mudanças nas leis de zoneamento, de uso e ocupação do solo e realize investimentos públicos, em especial infra-estrutura urbana para que haja uma valorização de suas terras. Estes agentes podem se tornar promotores imobiliários quando resolvem lotear, vender e construir casas de luxo em suas propriedades

Grandes proprietários industriais: estes em função de suas necessidades precisam de locais estratégicos que facilitem o desenvolvimento das atividades. É importante para eles adquirirem terrenos com preços baixos, amplos e com uma localização estratégica que facilite o recebimento de matérias primas, o escoamento da produção e o acesso dos consumidores ou seja perto de um porto ou via ferra férrea.

Promotores imobiliários: são os responsáveis totalmente ou parcialmente pela administração do capital, financiamento dos imóveis, pelos estudos de viabilidade técnica baseado no código de obras e ainda pela produção dos imóveis. Os promotores imobiliários possuem perfis diferenciados, existem os proprietários

fundiários que passaram a ser incorporadores, comerciantes de muita prosperidade que possuem atividades diversificadas e até bancos e Estados.

Estado (capitalista): é o agente responsável pela organização do espaço de forma complexa. A atuação do estado se faz visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações (CORREA, 2002, p. 29). É responsável pela criação de leis e pelos impostos imobiliários e fundiários. Bem como pelas intervenções urbanísticas na cidade, outros investimentos públicos no espaço e pelo controle dos valores das terras.

Grupos sociais excluídos: são os agentes formadores do espaço urbano que terão uma abordagem mais ampla e profunda, pois são responsáveis pela consolidação de grande parte do subúrbio de Salvador e da área em estudo neste trabalho. De acordo com Mario Vieira Lima arquiteto analista da SUCOM cerca de 70% das construções dos imóveis da cidade são irregulares, ou seja, sem alvará de construção.

Segundo Corrêa a atuação deste segmento se dá “na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprios espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes” (CORREA, 2002, p.30)

Vale deixar claro que cada agente modelador tem sua atuação limitada ao propósito dominante da sociedade capitalista. Pois no capitalismo as diferenças sociais são enormes, principalmente no acesso a bens e serviços e segundo Souza (2002, p.31) a atuação deles (agentes modeladores), não se faz isoladamente. Atuam em conjunto, isto é, no processo de produção concreto de um bairro residencial ou de um distrito industrial vários agentes estão presentes.

A população que faz parte destes grupos utilizam várias estratégias para driblar todas as barreiras que são encontradas diariamente em uma ocupação irregular e que são consideradas fundamentais para sua permanência e consolidação no espaço. Segundo (CORREA, 2002. p.30) resistência e sobrevivência se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequadas para os outros agentes da produção do espaço como encostas íngremes e áreas alagadiças.

A evolução e melhoria das condições de vida nos locais onde estes grupos se fixam se dá através de muitas reivindicações feitas em sua maioria por ativismos sociais meramente puramente reivindicatórios e intervenções bastante pontuais realizadas ao longo do tempo.

Os grupos sociais excluídos possuem como única opção de moradia terrenos que, em alguns casos, ainda não interessam ao mercado imobiliário, os mais baratos, principalmente em função da localização, topografia não muito favorável e do não acesso a bens, serviços e infra-estrutura.

Diante do exposto pode-se dizer que a principal tipologia das ocupações formadas por estes grupos são as ocupações coletivas por invasões que tomando como base SOUZA (2002, p.214) são descritas da seguinte maneira:

Ocupações coletivas por invasões: áreas que foram formadas ou aumentadas de forma coletiva, sem o conhecimento do proprietário, sem a devida comercialização do título de uso do solo, sendo a revelia das leis urbanísticas. Todo o processo depois desta ocupação acontece apenas por recibos de compra e venda.

Outra tipologia habitacional ocupada, mas não produzida pelos grupos sociais excluídos, pois existe a influencia de órgãos públicos, são os Loteamentos públicos² que de acordo com SOUZA (2002, p.215) podem ser descritos da seguinte forma:

Loteamentos públicos: Realizados com o projeto na Prefeitura e poucos efetivados pelo governo do Estado da Bahia. Têm como publico alvo famílias carentes, desabrigadas no período das chuvas e relocadas de invasões.

Para JACOBI (2006, p. 05). Os loteamentos periféricos são territórios irregulares que não atendem aos parâmetros urbanísticos estabelecidos e ficam oficialmente excluídos do acesso aos serviços e investimentos públicos, e as melhorias são conseguidas através de obras pontuais e corretivas.

Os assentamentos do tipo que foram descritos acima têm freqüentemente como característica marcante à quase total precariedade das condições de vida dos moradores e ainda colaboram para a problemática ambiental das cidades, uma vez que áreas são ocupadas sem os cuidados necessários para adequada implantação das residências.

Tais ocupações são percebidas no espaço como reflexo da pobreza gerando uma paisagem urbana ambiental do que é possível para esta parcela da população.

² O loteamento é uma das formas de parcelamento do solo urbano, assim como o desmembramento, e se diferencia deste por que há abertura de logradouros públicos, de novas vias de circulação, ou prolongamento, modificação, alteração ou ampliação das ruas existentes. (GRAZIA, 2002.p.61).

No item seguinte do trabalho é realizada uma análise do contexto urbano de Salvador na década em que o grupo socialmente excluído se fez agente produtor do espaço nesta cidade.

1.2 Contextualização: O espaço Urbano de Salvador na década de 1980

Faz-se necessário esclarecer que é fundamental compreender um pouco da situação de Salvador durante a década em que ocorreu a ocupação aqui estudada. Com relação à importância da valorização da história do ambiente urbano segundo Cunha e Guerra:

O conhecimento da formação e evolução histórica do espaço urbano, sua implantação, parcelamento e ocupação oferecem ao pesquisador uma visão dinâmica da realidade, pois permitirá através dos anos, compreender como o espaço urbano atingiu o seu estado atual e as mudanças que a sociedade vem promovendo (CUNHA e GUERRA, 2006, p.194)

Na década de 1980 o país passava por um intenso processo de transformações nos âmbitos social, econômico e político. O início desta década é marcado pelo processo de redemocratização do Brasil e por fortes pressões para o término do período da ditadura militar através de diversas iniciativas, dentre elas o fortalecimento dos sindicatos e a consolidação de um partido político de oposição com atitudes mais radicalizadas, o Partido Trabalhadores (PT).

O Brasil passava por modificações que determinaram novas características na gestão das cidades. Santos caracteriza esse período:

Entramos na década de 1980 sob um quadro de pobreza e degradação ambiental ocasionados pelo autoritarismo, pela prolongada crise econômica e pelos efeitos perversos da modernização e do modelo convencional de desenvolvimento econômico. Paradoxalmente, é nessa confluência perversa que os atores sócias aprofundaram sua

noção de cidadania, reafirmando suas demandas por justiça e por direitos humanos, sociais, econômicos e ambientais.(SANTOS, 2005, p.25).

Percebe-se, portanto uma efervescência na década de 1980, uma vez que começavam a sentir a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para o espaço das grandes cidades para reverter o quadro de deterioração das condições de vida dos brasileiros.

Esta década pode ser considerada para determinados Estados brasileiros como “perdida” no que diz respeito ao desenvolvimento social. No âmbito político vale destacar a retomada das eleições diretas para governadores em 1982, prefeitos em 1986 e presidente em 1989 após um período extremamente centralizador e repressor.

De acordo com SOUZA (2000) Para a Bahia foi um momento em que se consolidou uma estrutura produtiva nova voltada para o exterior, ou seja, mercado internacional com a obra de duplicação do Pólo Petroquímico de Camaçari em 1987 e ampliação da indústria de celulose.

A primeira capital do Brasil vive nos anos 80 um processo de urbanização rápido e profundo que foi caracterizado pelo elevado número de invasões e pela implantação de muitos shoppings centers.

O Shopping Itaipara foi o primeiro a ser implantado nesta década no ano de 1983, surge logo em seguida no mesmo ano o da Baixa dos Sapateiros e Boulevard 161, dois anos depois em 1985 é criado o Shopping Center Piedade, no ano seguinte em 1986 é criado o Brotas Center, e o shopping Barra em 1987.

Foi no ano de 1982 que a estação da Lapa, hoje que a maior estação de transporte coletivo urbano rodoviário utilizada diariamente por grande parte da população de Salvador foi inaugurada. Ainda nesta década no ano de 1989 as obras de construção do terminal de transportes Iguatemi foram iniciadas, mas só foram concluídas dez anos depois.

Em 1985 o Pelourinho é declarado Patrimônio Histórico da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e aconteceram muitos investimentos no local para que houvesse um aumento no número de turistas em Salvador. Enquanto as pobres que lá habitavam, foram retirados de lá e empurrados para áreas periféricas a exemplo das Cajazeiras.

Percebe-se, portanto que esta década foi de consolidação de um ícone de grande importância para a sociedade capitalista que são os shoppings centers e paralelamente aconteceram várias invasões na cidade gerando espaços segregados e que proporcionariam baixa qualidade de vida para a população e Sobre essas invasões Souza descreve:

A segregação espacial, que se manifesta com a densificação das favelas localizadas nas áreas centrais, somada à periferização³ da pobreza nos arredores das grandes áreas urbanas brasileiras é um fenômeno que marca a leitura sociopolítica da cidade nos anos 80(SOUZA, 2000, p. 69).

Nessa década, portanto percebe-se claramente a intensificação do processo de produção de “dois mundos” completamente diferentes e com características

³ O processo de periferização urbana é o mecanismo de expulsão dos pobres, cidadãos ou imigrantes, dos centros urbanos para áreas mais distantes, ocorrido nas cidades do chamado mundo subdesenvolvido, e se constituiu numa forma de crescimento recente, caótica e extremamente maçante. FERNANDES, Rosali. Periferização sócio espacial em Salvador: Análise do Cabula, uma área representativa. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. UFBA. 1992, p.04.

peculiares a cada classe que compunha tais mundos. A “cidade dos que têm”⁴ começava a se consolidar perto dos shoppings centers e a “cidade dos que não têm” na direção do Subúrbio de Salvador e no miolo⁵ de Salvador desde a década de 70 com o processo de periferização socioespacial.

De acordo com (BRAGA, 1994, p.65) percebe-se um enorme déficit no setor habitacional: havia, 326.483 famílias o que totalizava 271.950 moradias que predominavam com paredes de tijolos, pedra, adobe ou madeira aparelhada, cobertura de telha, zinco ou laje de concreto, piso de madeira aparelhada, cimento, ladrilho ou mosaico. Quando subtraíam as moradias improvisadas ou seja aquelas em locais comerciais, indústrias, templos, embarcações, carroças vagões de estrada de ferro, tendas barracas ou grutas definia-se uma carência absoluta de 27.423 moradias.

De acordo com Souza:

Registra-se também nos anos 80, a implantação de grandes loteamentos públicos para desabrigados e relocados de invasões a exemplo de Fazenda Coutos/80. Nova Sussuarana/82 e Proj Beiru/89, representando, juntamente com outros tipos de parcelamentos menores desse tipo a exemplo de Calafate SOS/85, Vila Antonio Balbino/85 e Mangueira/88, um total desde os primeiros implantados, de 342 hectares ocupados por este tipo de habitação. (SOUZA, 2002, p.233).

Dentre as ocupações que surgiram nesta década podem ser enumeradas também as invasões de Pirajá e Matadouro (1987); Invasões de Vibensa e São Cristóvão (1987);

⁴ Termo utilizado por JACOBI no artigo Dilemas socioambientais urbanos na gestão metropolitana – do risco à busca da sustentabilidade Urbana. In: Política e Trabalho-Vol 25-out.2006-UFPR. p.p 05-06.

⁵ O centro geográfico da cidade de Salvador. Entre a BR-324 e a AV. Paralela. Ocupado predominantemente após a década de 1970. Nesta grande área aparecem conjuntos habitacionais financiados pelo Estado, diversas invasões e outros parcelamentos informais nos interstícios. Sistema também precário de atendimento público, aproximando da Orla da Baía de Todos os Santos.(BITTENCOUT, Adriano. Geografia de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2006.)

Invasões de Águas Claras; Invasão de São João; Invasão de David Mendes; Invasão de Nova Constituinte; Invasão da Praça de Periperi; Invasão de Bate Coração que está situada em Paripe.

Percebe-se, portanto que o fenômeno das ocupações irregulares intensificou-se nas décadas de 70 e 80, refletindo no crescimento da malha urbana à medida que estas pessoas são empurradas para locais distantes sem equipamentos urbanos, infraestrutura e o aumento significativo da exclusão de uma parcela da população.

O mapa abaixo mostra exatamente a evolução no número de ocupações irregulares que surgiram em Salvador, bem como a localização das mesmas.

No mapa acima, percebe-se a distribuição das ocupações ocorridas na capital Baiana até 1989. A intensa ocupação nas áreas periféricas como a do “miolo” e subúrbios por invasões se deu também virtude de ser mais difícil o controle a fiscalização nestas áreas por parte dos seus proprietários e do Estado.

Abaixo segue a tabela com a quantidade de ocupações da cidade até 1989.

TABELA I
OCUPAÇÕES DO TIPO INVASÕES EM SALVADOR ATÉ 1989

Período	N° de Ocupações	Variações
Até 1949	15	0%
De 1950 a 1959	47	213%
De 1960 a 1969	42	-11%
De 1970 a 1979	82	95%
De 1980 a 1989	229	179%

FONTE: Elaborada por Maria das Graças Silva, em 02 de junho de 2008, baseado em dados de SOUZA, Ângela Godilho. **Limites do habitar**. Salvador: Edufba, 2000.

O predomínio de invasões como forma de ocupação na década de 1980 em Salvador é reflexo das desigualdades sócio econômicas que desde muito antes deste período já vigoravam na cidade, aliada à falta de eficácia ou total ausência de políticas públicas que enfrentassem de forma eficaz o problema habitacional no Brasil. De acordo com Braga:

A inacessibilidade de grande parte da população trabalhadora a moradia e ao solo urbano, através do mercado capitalista, é registrada no espaço, pela presença numerosa de invasões. Estas significam a espacialização da inacessibilidade da moradia por parte de uma fração considerável dos moradores, e expressam ao mesmo tempo, a afirmação da necessidade inalienável de morar. BRAGA (1994, p.67).

Nesse período diversas leis foram criadas para que o espaço urbano da cidade fosse melhor estruturado e a população obtivesse melhores condições de vida. A tabela que segue mostra as principais leis que marcaram esta década e seus objetivos.

TABELA II

LEIS QUE DISPÕEM SOBRE O ESPAÇO URBANO DA DÉCADA DE 1980

ANO	LEI	DESCRIÇÃO
1984	Lei Municipal nº3.377	Lei de Ordenamento Uso e Ocupação do Solo (LOUOS)
1985	Lei Municipal nº3.535	Plano diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)
1987	Lei Municipal nº3.805	Lei de Criação do TRANSCON
1988	Decreto Municipal nº8.023	Regulamenta a Lei nº 3.805
1988		Constituição Federal(CF)

FONTE: Elaborada por Maria das Graças Silva, em 20 de março de 2008,

Acredita-se neste trabalho que apenas as leis sem a sua real aplicação não são capazes de resolver os inúmeros problemas presentes no espaço das cidades capitalistas. Elas são meros instrumentos, mas é preciso ser otimista e a crença de que na prática elas possam vir a ter um efeito para todos os cidadãos de forma igualitária sem distinção seja ela de qualquer espécie é fundamental para toda a sociedade para que um dia toda essa reprodução social, econômica e ambiental excludente seja acabada ou então minimizada.

A capital baiana sofreu um processo de urbanização rápido que gerou um espaço bastante segregado e com conseqüências gravíssimas para a qualidade ambiental urbana dos cidadãos, uma vez que espaços inadequados para a habitação como locais de encostas e carentes de serviços de equipamentos urbanos .

Carvalho e Pereira assinalam que:

A trajetória de Salvador, e dos municípios que hoje compõem a sua região metropolitana, marcada por décadas de estagnação econômica, pela pobreza da população e por um processo de modernização excludente, vai se refletir na sua conformação urbana, nos problemas de moradia e na disponibilidade de infra-estrutura e serviços urbanos.(CARVALHO E PEREIRA, 2006, p.138).

Os acontecimentos no Brasil já mencionados no início deste item somados a outros que se passaram na capital Baiana interferiram na dinâmica e formação do espaço nesta década, pois como visto no item anterior o espaço urbano é reflexo social e de ações acumuladas.

Em seguida serão focados aspectos importantes sobre a sustentabilidade urbana, uma vez que esta é considerada uma forma de reduzir os efeitos causados pelo acelerado processo de urbanização.

1.3 - Sustentabilidade Urbana

O discurso a respeito da sustentabilidade urbana está cada vez mais presente na mídia e principalmente no ambiente acadêmico e alcançar este novo padrão de desenvolvimento é uma tarefa difícil e é um dos grandes desafios da atualidade, devido aos diversos problemas socioambientais que existem nas cidades.

Salvador sofreu um processo acelerado de ocupação do espaço nos últimos 40 anos, principalmente aqueles que não são considerados adequados, devido a possibilidade de enchentes, deslizamentos e as condições geográficas, o que compromete de forma significativa a qualidade ambiental urbana dos cidadãos.

A sustentabilidade urbana começou a ser focalizada em meados da década de 1980, vem sendo freqüentemente utilizada e assume dimensões econômicas, sociais e ambientais, objetivando alcançar uma nova forma de desenvolvimento.

A associação da sustentabilidade ao debate sobre desenvolvimento urbano tem origem nas rearticulações políticas pelas quais um certo número de atores envolvidos na produção do espaço urbano procuram dar legitimidade as suas perspectivas, evidenciando a compatibilidade delas com os propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento de acordo com os princípios da Agenda 21, resultante da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente.(ACSELRALD, 1999, p.81).

Assim, a origem da relação entre sustentabilidade e desenvolvimento urbano aconteceu baseada em articulações políticas que para serem legítimas foi preciso

ações compatíveis de alcançar o desenvolvimento de acordo com os princípios da Agenda 21. Esta é um dos documentos produzidos pela conferência Rio-92 que convida todos os que compõem a sociedade independente de condição social ou religiosa para que através da união de todos os resultados das ações do homem sobre o meio ambiente sejam reduzidas e se possa alcançar o desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito a consolidação do termo sustentabilidade Souza ressalta que:

Desde que o documento “Nosso futuro comum”, também conhecido como ‘Relatório de Brundtland’ (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988) popularizou a expressão desenvolvimento sustentável, o debate em torno do “desenvolvimento”, já dramaticamente empobrecido, sob o ângulo teórico passou a ser monopolizado pelo discurso da “sustentabilidade”.(SOUZA,2006,p.145)

Acrescenta ainda que decorrido pouco tempo após a publicação do Relatório de Brundtland, trabalhos reclamando um “desenvolvimento urbano sustentável”, especificação do ideário geral da sustentabilidade para o meio ambiente começaram a surgir (SOUZA, 2006, p.145).

A consolidação do conceito de sustentabilidade urbana se deu com diversas complexidades que estão embutidas no termo e todos os estudiosos do assunto corroboram tal característica. Sobre a ambigüidade da expressão Domene Gomez esclarece que:

Sin embargo, la sostenibilidad urbana todavia es um término ambíguo que abarca um gran número de definiciones diferentes.Una de lãs

perguntas más recurrentes de esta disciplina es las <<como conseguir ciudades más sostenibles>>El papel de las autoridades y de los ciudadanos en la implementación de la sostenibilidad urbana ha sido discutido extensamente y puesto en práctica a través de las Agendas 21 locales.(DOMENE GÓMEZ, 2006, p.169)

Percebe-se, portanto, que existe uma ambigüidade no conceito de sustentabilidade urbana e muitas definições na tentativa solucionar tal problema.

A complexidade com relação à definição do conceito de sustentabilidade ambiental urbana proporcionou que (David Satterhwaite apud KARRUZ e KEINERT,2002,p. 33)estabelecesse cinco categorias onde é possível perceber aspectos ambientais fundamentais no sentido de melhorar nas cidades o seu desempenho.

Na primeira categoria estão enquadrados aspectos relacionados a saúde da coletividade, em agenda sanitária ampla; na segunda categoria estão incluídos os aspectos relacionados à diminuição de riscos físicos(poluição, acidentes etc) e químicos nos domicílios, ambientes de trabalho e na cidade em sua totalidade;na terceira categoria encontram-se aspectos relacionados à a distribuição serviços de recreação e lazer, bem como proteção dos patrimônios culturais, de paisagens naturais e estéticas; na quarta categoria estão os aspectos relacionados a minimização de transferência de custos ambientais aos habitantes e ecossistemas que circundam a cidade, bem como de transferência de custos para as gerações futuras; a ultima diz respeito à proposição do considerado consumo verde, em direção a um consumo sustentável por parte de indivíduos e empresas.

Tais categorias englobam com muita apropriação as reais necessidades da sociedade para que possam ter um melhor padrão de vida e esta devem ser

consideradas pelos gestores públicos e pela sociedade civil de modo que mudanças em benefício dos cidadãos possam vir a acontecer.

Acselrad destaca muitas matrizes discursivas atreladas ao conceito de sustentabilidade estudadas após o lançamento do relatório de Brundtland que suas respectivas características ratifica as várias dimensões presentes na discussão do termo e deixando –o ainda mais polêmico:

(...) a matriz da eficiência que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, entendendo a racionalidade econômica ao “espaço não mercantil planetário”; da escala que propugna um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os “recursos ambientais”; da equidade, que articula analiticamente princípios de justiça social e ecologia; da autosuficiência, que prega a desvinculação de economias naturais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial como estratégia apropriada a assegurar a capacidade de auto regulação comunitária das condições de reprodução da base material em um debate sobre os valores de bem e de mal, evidenciando a interações da base do desenvolvimento com as condições de continuidade de vida no planeta.(ACSELRAD, 1999, p.79)

Aqui será dado destaque a duas outras principais matrizes discursivas que também foram analisadas por Acselrad, devido a relação direta com o tema deste trabalho. A primeira trata da reconstrução da legitimidade das políticas públicas urbanas, que se daria pelo modelo da eficiência e da equidade(ACSELRAD,1999, p. 81).

De acordo com o modelo da eficiência deve acontecer uma adaptação entre nas políticas urbanas para que a oferta dos serviços, bem como a qualidade e quantidade das demandas do meio social equilibrem com as necessidades diárias da

população citadina e serviços de infra-estrutura. No modelo da equidade a ausência de investimentos direcionados para o setor de infra-estrutura proporciona um crescimento da deficiência na oferta de serviços que conseqüentemente aumenta a segregação entre os cidadãos. Baseado em Acselrad tal situação gera conflitos e incertezas no processo de reprodução das estruturas urbanas, podendo levar a uma erosão da legitimidade das políticas urbanas, fundada na insuficiente adesão à racionalidade econômica. (ACSELRAD,1999, p. 82)

A outra matriz discursiva da sustentabilidade urbana por ele abordada vê a cidade como espaço da qualidade de vida (ACSELRAD,1999,p.82).Ele acrescenta ainda que a qualidade de vida deve ser uma premissa para o desenvolvimento.

Na matriz discursiva citada acima se valoriza os componentes não mercantis da cidade e das práticas urbanas, enfatizando principalmente as implicações sanitárias da produção capitalista e a cidadania no ambiente urbano passa a ser o eixo central.

Com relação aos entraves que dificultam atingir o modelo da sustentabilidade urbana Domene Gómez ressalta que las mayores barrera para conseguir <<ciudades sostenibles>> son también políticas, y las posibilidades de conseguirlos están sujetos a relaciones de poder(DOMENE GÓMEZ,2006,p.169)

As barreiras acontecem em vários segmentos da sociedade, em especial no âmbito político, como enfatiza Domene Gómez:

Estos objetivos deberían ser alcanzados mediante el análisis específico de dos elementos principales. Por um lado, el de los condicionantes políticos, sociales, económicos, culturales y ambientales que producen unos determinados paisajes urbanos. Y, por outro, el examen de la estructura y organización de las relaciones de poder y su expresión

social e institucional em dichos entornos.(DOMENE GÓMEZ, 2006, p.169)

A exposição de acima descrita coincide com a de Acselrad quando ele diz que ao contrário dos conceitos analíticos voltados para a explicação do real, a noção de sustentabilidade está submetida a lógica da práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva.(ACSELRAD, 1999,p.80)

A questão da sustentabilidade urbana está presente no Estatuto da cidade(Lei federal nº 10.257/01) que foi criado para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que tratam da política urbana e contém em meio a suas diretrizes gerais a idéia de sustentabilidade urbana.

Vale deixar claro que o Estatuto da cidade é resultado de dez anos e dispõe de instrumentos que podem e devem ser aplicados no espaço urbano, sendo portanto, fundamentais para garantia de uma maior equidade social, uma vez que o legado da história urbana nas grandes cidades brasileiras proporcionou ambientes (in)sustentáveis para os cidadãos.

A Lei n.10.257/01 apresenta logo em seu primeiro artigo no parágrafo único o uso do meio urbano em beneficio do bem estar da coletividade:

Parágrafo único _ Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem publica e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol da bem estar coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O Estatuto tem como uma das diretrizes da política urbana a ordem e o controle do solo, uma vez através destas existe uma maior possibilidade de evitar a poluição e a o processo de degradação ambiental presente principalmente nas grandes capitais brasileiras. De acordo com o Estatuto no inciso VIII:

adoção de padrões de produção e consumo de bens e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do município e do território sob sua área de influencia;

A introdução da sustentabilidade urbana no Estatuto da cidade corrobora a necessidade da incorporação do significado de tal termo nas cidades e municípios Brasileiros de forma efetiva.

Vale ressaltar aqui uma outra abordagem de Acselrad onde ele enfatiza:

Não podemos deixar de associar também à noção de sustentabilidade urbana a estratégias de implementação da metáfora da cidade empresa que projetam na “cidade sustentável” alguns dos supostos atributos de atratividade de investimentos, no contexto da competição global.(ACSELRAD,1999,p.81)

A discussão a respeito da sustentabilidade que na atualidade é tão propagada por gestores de municípios que se apropriaram termo em seus discursos e planos sejam eles de qualquer espécie apenas como uma forma ou estratégia de marketing urbano para divulgar suas cidades e colocá-las no meio de competição a nível, regional, nacional ou internacional é destacada por Souza:

È comum a retórica em torno das 'cidades sustentáveis' e da 'sustentabilidade urbana' colocar no centro das atenções os vínculos entre sociedade e natureza, secundarizando ou banalizando a análise das relações sociais e com isso, subestimando o fato de que, para além de questões como a crescente poluição ambiental nas cidades.(SOUZA, 2005, p.165).

Como já dito supra a sustentabilidade possui um conceito extremamente complexo que engloba aspectos ambientais, sociais, econômicos e até mesmo temporais dos acontecimentos que ocorrem no espaço das cidades.

A respeito da gama de aspectos envolvidos com o conceito, Alva afirma que:

Um projeto de sustentabilidade para as metrópoles latino-americanas exige o desenvolvimento da cidadania e da participação social envolvendo educação e descentralização das decisões na mudança do formato da relação entre poder público, sociedade civil e o setor empresarial. (ALVA, 1997,p.146)

Percebe-se, portanto a necessidade de encarar de forma séria e com responsabilidade e absorvendo as características descritas pelo autor, bem como outras citadas neste trabalho, que as ações devem ser desenvolvidas de acordo com as características de cada local para que realmente seja possível melhorar as condições de vida da população que mais necessita.

Alva (1997) é muito claro e analisa com muita precisão e cautela uma das grandes necessidades dos grandes centros urbanos que é proporcionar cidades mais agradáveis para os homens e mulheres que nelas habitam.

Ele acrescenta ainda que:

Uma cidade ineficiente não serve e é um estorvo para todos. Por isso, é preciso que se crie a consciência de que investir na mudança da cidade é um bom negócio para todos no longo prazo. A questão é não só investir em obras. Entretanto, também é certo que as cidades grandes são uma maravilha da realização humana em muitos sentidos, oferecendo múltiplas possibilidades e potencialidades para que se façam coisas. Os desafios maiores situam-se no âmbito da humanização das cidades, da promoção de novos padrões de conduta a fim de que seus habitantes, homens e mulheres gozem de uma vida plena (Alva, 1997, p. 123).

Souza faz uma crítica com relação a uma brecha importante no conceito oficial de sustentabilidade:

(...) a sustentabilidade almejada não atrita com a aceitação técnica do modelo civilizatório capitalista como contexto geral. Por um lado, buscam-se analisar diferentes tipos de problemas ambientais verificáveis no meio urbano de modo articulado, como várias formas de poluição ambiental, a produção do lixo e rejeitos, às agressões a cobertura vegetal e aos mananciais; ao mesmo tempo, as necessidades materiais das populações urbanas e o problema da pobreza são examinados, dando-se especial atenção aos vínculos entre estes e os problemas ambientais em sentido restrito. (SOUZA, 2006, p.146).

Deste modo, ele aborda a contradição do conceito de desenvolvimento sustentável presente no Relatório de Brundtland que direcionou o acontecimento da ECO-92⁶ no

⁶ Forma que é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, pela Organização das Nações Unidas – ONU, onde diversos países enviaram representantes para que fossem discutidos os principais problemas socioambientais, bem como as formas de solucioná-los.

Rio de Janeiro. Uma vez que o relatório negligencia as diferenças e conseqüentemente do modo de produção capitalista que rege a sociedade.

Além da ECO-92 foram realizadas outras Conferências pela ONU, tais como População e desenvolvimento no Cairo(1994) e Assentamentos Humanos Habitat II em Istambul(1996). Estes documentos não são tão importantes se não forem seguidos de ações, programas que valorizem as diversidades existentes em cada local, respeitando o meio ambiente e a participação dos moradores.

Dando seqüência ao estudo, o texto no próximo tópico trata do conceito de impactos socioambientais e dos principais riscos que afetam a população.

1.4- Impactos socioambientais urbanos: diferença e exclusão

A reflexão a respeito dos impactos ambientais é abordada de diferentes enfoques. De acordo com a Resolução CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986

Impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estáticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais. (CONAMA).

Outra abordagem a respeito do tema é feita por (CUNHA e GUERRA, 2006,p. 25) que conceituam impacto ambiental como sendo o processo de mudanças sociais e ecológicas causado por perturbações(uma nova ocupação e/ou construção de um objeto novo: uma usina, uma estrada ou uma indústria) no ambiente.

Pode ser percebido que os conceitos acima expostos possuem em comum o esclarecimento de que o impacto ambiental envolverá sempre uma mudança no meio ambiente, resultante da ação dos cidadãos. Estas alterações podem ter conseqüências alarmantes com inúmeras proporções que afetam o bem estar da coletividade.

“Por “meio ambiente” se entende um habitat socialmente criado, configurado enquanto um meio físico modificado pela ação humana. Parte-se do pressuposto de que a percepção da questão ambiental, como qualquer outra em geral, é uma resultante não só do impacto objetivo das condições reais sobre os indivíduos, mas também da maneira como sua interveniência social e valores culturais agem na vivência dos mesmos impactos” (JACOBI, 2001).

O conceito de meio ambiente é abrangente e envolve várias questões e não apenas se restringe à flora e ou fauna envolve aspectos de ordem social que estão intrinsecamente ligadas com as condições de vida do ser humano. Em décadas passadas movimentos sociais e o sindical tinham suas reivindicações e atitudes voltadas apenas para questões relacionadas de forma direta com seus grupos. Os que lutavam pelas questões ambientais estavam com o pensamento voltado apenas para áreas de proteção ambiental, ou seja, eram muito conservadores e não davam ênfase a questões sociais.

Com relação ao surgimento e evolução no neologismo socioambiental. Santos, faz uma excelente abordagem:

“O ambientalismo que emerge nos anos 80 apresenta um caráter multisetorial, sendo marcado por uma constelação de diferentes correntes de pensamento que vão desde grupos ou associações comunitárias, passando por agências estatais, Ongs, movimentos sociais, instituições científicas, até uma parcela do setor privado que se mostra sensível à problemática ambiental” (SANTOS, 2005, p. 28).

Percebe-se então por parte dos ambientalistas e de membros dos setores sociais a necessidade de uma integração entre os dois grupos e Santos acrescenta ainda:

Assim, nos anos 1980, uma parcela importante do ambientalismo passou a estabelecer uma política de alianças com outros movimentos sociais, visando potencializar ações de interesses comuns e dando origem a uma nova forma de abordagem dos problemas ambientais: o socioambientalismo (SANTOS, 2005, p. 29)

Para Da Veiga o termo é ainda controvertido caráter recente e incipiente da conscientização sobre os riscos e as incertezas que as sociedades enfrentarão por conta da degradação ambiental. (DA VEIGA, 2007, p.10)

Para esse autor responde a uma necessidade objetiva, a um imperativo que nunca poderá ser entendido e muito menos explicado, por quem insiste em negar ou rejeitar que a relação entre cultura e natureza tenha um caráter essencialmente dialético (DA VEIGA, 2007, p 129).

Com o amadurecimento da visão socioambiental, amplia-se à percepção de que as políticas públicas para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável devem levar em consideração as demandas e os contextos socioculturais das populações locais em sua diversidade (SANTOS, 2005, p.30).

Muitos são os impactos percebidos no ambiente urbano, com relação a isto Jacobi aborda que:

A cidade dos que tem e a cidade dos que não têm, esta é a realidade urbana brasileira. De um lado, criam-se espaços públicos e se socializa a vida urbana e, por outro crescem as zonas privatizadas; aumenta a oferta de serviços públicos e de equipamentos coletivos, mas também o numero de pessoas que vivem ilhadas em áreas degradadas e

periféricas, sem meios para se informar e ter acesso a estes equipamentos.(JACOBI, 2006, p.05-06)

Assim, os espaços das grandes cidades capitalistas de economia periféricas possuem uma paisagem constituída de elementos distintos que variam de acordo com a localização. Uma parcela significativa das habitações está em áreas públicas, algumas de preservação ambiental ou de riscos como encostas muito íngremes, fundos de vales ou até mesmo áreas nas praças e parques.

Segundo Bonduk:

Quem vive e observa as condições de vida no Brasil urbano defronta-se com uma infinidade de problemas de difícil solução: miséria, violência, degradação ambiental, precariedade habitacional, inexistência de saneamento, carência de transporte coletivo, trânsito infernal e inseguro”(BONDUK, 1997 ,p. 09).

Em determinadas situações, como por exemplo, em encosta os moradores podem colaborar com simples atitudes para que estes problemas não sejam avolumados de forma tão acentuada. Neste caso muitos são os fatores que devem influenciar no desencadeamento de um acidente como enfatiza Cunha e Guerra:

O desencadeamento de escorregamentos em uma dada região depende de vários condicionantes naturais; porém, a chuva é um dos fatores mais significativos, pois quase todos os registros estão associados a episódios de chuvas de forte intensidade ou de períodos prolongados, geralmente concentrados em alguns meses, muito comum nas regiões tropicais (CUNHA e GUERRA, 2006, p.193).

Outro fator a considerar que agrava os impactos nestas áreas é a retirada da vegetação natural. Com relação a esta atitude dos moradores. Cunha e Guerra acrescentam que: “A cobertura vegetal é um fator que oferece um grau de segurança nas encostas. Muitas vezes processos erosivos podem ser contidos ou amenizados se a cobertura vegetal for suficientemente densa para tal”.(CUNHA E GUERRA, 2006, p.193)

Os impactos que afetam a população não são distribuídos de forma heterogênea, a sua maior ou menor intensidade vai depender de vários fatores como zona de localização e condições socioeconômicas.

No caso da poluição, ela é de dois tipos: a provocada pela pobreza, “causada pela ausência de saneamento e condições decentes de vida de trabalho”, cuja origem se encontra principalmente em dejetos orgânicos e sujeira; e poluição provocada pela opulência, “causada pelas modernas atividades industriais e do setor terciário urbano, tendo como agentes básicos os dejetos químicos e o lixo acumulado pelo consumo e desperdício das elites. (PÁDUA e LAGO, 1985,p.79. Apud VIANA, 2007, p.12).

Sendo assim, os riscos configuram-se de forma desigual para a população. Afetando principalmente os que estão em locais menos favorecidos e possuem um menor poder aquisitivo e vivem nos locais descritos por Alva abaixo:

O assentamento precário é a expressão material de um modo de sobrevivência em condições de escassez, possibilitado pela construção gradual das habitações em função da disponibilidade de terras e materiais de construção e da instalação posterior de serviços básicos mediante mecanismo coletivos de pressão.(ALVA, 1997,p 13).

Nos assentamentos que possuem problemas, a pressão por parte dos moradores é um importante mecanismo para obtenção de serviços e equipamentos. Sendo assim nestes locais existe uma oportunidade do fortalecimento da cidadania, a partir da necessidade de solucionar problemas vividos pela população.

De acordo com Jacobi:

Um fator importante para minimizar os riscos é a necessidade de fortalecer a participação cidadão que se confronta com uma realidade dada pela existência de cidadanias cada vez mais restritas e diferenciadas, principalmente pela não resolução das graves desigualdades sociais que caracterizam nossa sociedade secularmente. JACOBI(2006,p.12)

Com relação à necessidade de diminuição dos impactos socioambientais Sousa, reforça a citação anterior quando enfatiza que “Mudar a cidade é uma tarefa coletiva”. Esta frase, em qualquer circunstância é uma obviedade adquire maior conteúdo de verdade sob um ângulo autonomicista, de vez que não se tratará então, de impor soluções de baixo para cima, mas de construí-la democraticamente. SOUZA (2006, p. 518)

Feito este profundo aporte teórico sobre os principais temas que envolvem o tema, no capítulo seguinte será dedicado à caracterização do local do estudo de caso, bem como aspectos históricos de Paripe.

CAPÍTULO 2 - LOTEAMENTO COLINA DO MAR

2.1 Localização da área de estudo

Antes de tratar de qualquer aspecto sobre o local, faz-se necessário deixar claro que em Salvador não existe uma divisão oficial⁷ de bairros atualizada, o que dificulta para qualquer pesquisador que almeje estudar a respeito dos bairros da capital baiana. Sendo assim, não será utilizado o termo “bairro” no decorrer deste trabalho.

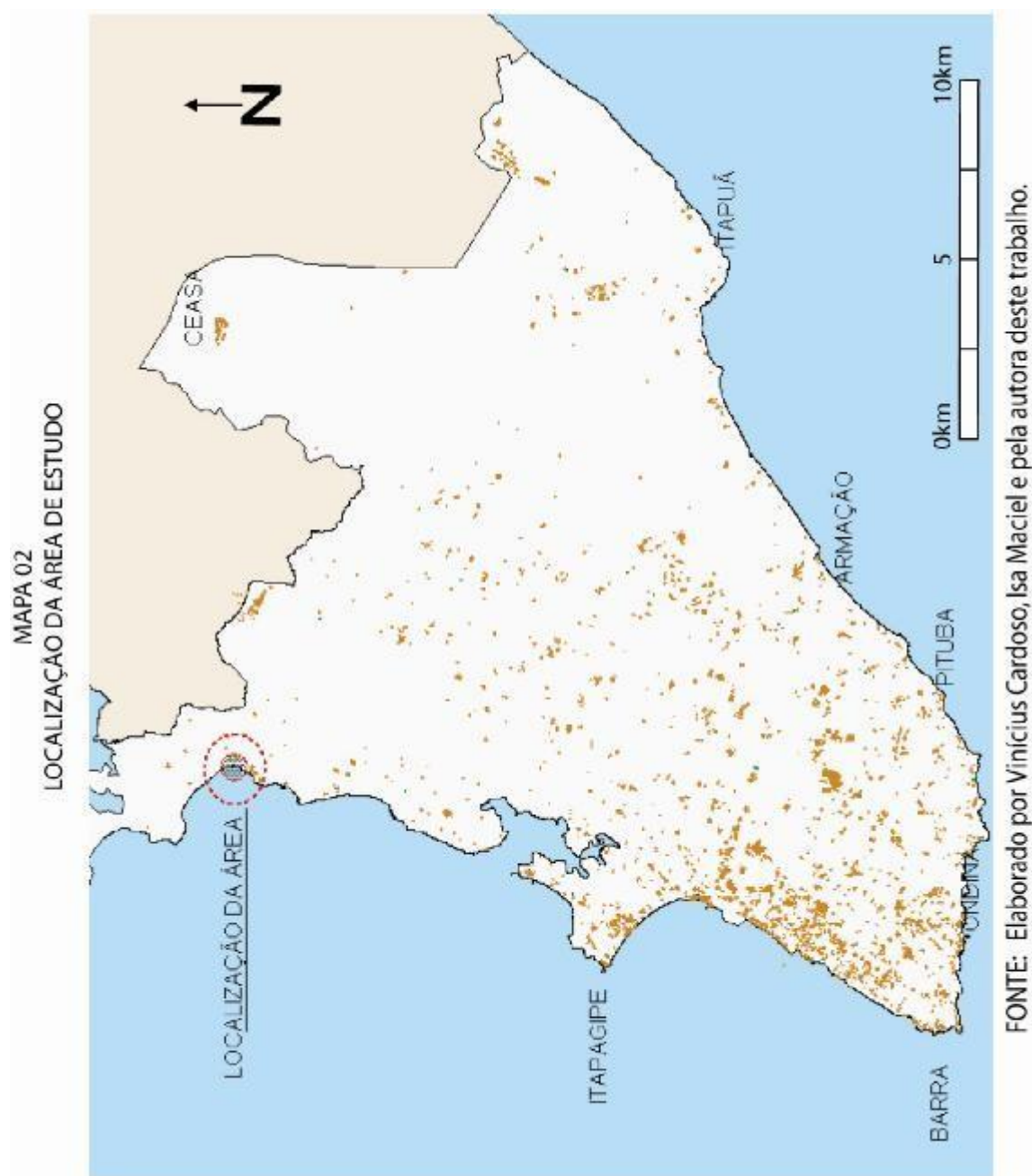
A área de estudo de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está situada no subdistrito de Paripe, mas de acordo com os dados da Prefeitura Municipal do Salvador, contidos na Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS) o Loteamento Colina do Mar está situado em Coutos. Diante de tal impasse resolveu-se considerar local com o qual os moradores de identificam, como estes possuem o sentimento de pertencimento a Paripe. Logo o Loteamento neste estudo está inserido em Paripe.

De acordo com a LOUOS está inserida no Subúrbio Ferroviário⁸ em uma zona de uso predominantemente residencial e enquadrada na Região Administrativa Subúrbios Ferroviários(RA XVII), onde estão também localidades como Periperi, Plataforma, Coutos, Itacaranha Rio Sena, Mitantes de Periperi, Alto de Coutos,

⁷ De acordo com IZAIL DE ARNALDO DE CASTRO, BACHAREL e Licenciado em Geografia pelo Instituto de Ciências da Universidade Federal da Bahia e funcionário do IBGE desde 1974 a última divisão oficial de bairros de Salvador, data de 1960 quando pela Lei Municipal nº 1038(*), de 15 de junho de 1960, foram criados os bairros de Amaralina, Pituba, Rio Vermelho, Acupe, Cosme de Farias, Engenho VELho de Brotas, Matatu, Calçada, Uruguai, Saúde, Bomfim, Itapagipe, Jardim Cruzeiro, Massaranduba, Mont Serrat, Tororó, Barbalho, Cruz do Cosme(hoje Caixa D' Água e IAPI), Liberdade, Pau Miúdo, Quintas, Fazenda Grande, Lobato, São Caetano, Tanque da Conceição(hoje Largo do Tanque), Barris, Barra, Canela, Fazenda Garcia, Federação e Ondina. Apesar do artigo 26 da Lei 1038 autorizar o prefeito, quando julgar conveniente criar novos bairros, decorridos todos estes anos, nenhum bairro foi oficialmente criado na cidade de Salvador, principalmente depois da arrojada Administração do prefeito Antonio Carlos Magalhães, quando as Avenidas de Vale foram construídas provocando a expansão da cidade.

⁸ Extensa área que bordeada longitudinalmente pela Baía de Todos os Santos no lado oeste de Salvador. Sua ocupação se deu de forma pontual por causa dos engenhos de açúcar em Paripe, Plataforma, e Periperi, que correspondiam às paradas do trem da rede ferroviária, onde foram inicialmente povoados pelos trabalhadores da região. Os locais acima citados são ainda os três mais densamente povoados e um padrão construtivo melhor com as outras áreas que compõem a Região Administrativa(RA XVII).

Fazenda Coutos e outros que somados formam uma área⁹ equivalente a 2.684 ha e uma população de 245.977 habitantes.



⁹ A área do subúrbio e o número de habitantes foram retirados da lei nº7.400/2008_Pano diretor de Desenvolvimento urbano de Salvador.

O loteamento está situado na Zona Norte da cidade, tomando como referência o marco zero na Praça Municipal, no final da Avenida Afrânio Peixoto¹⁰ (Suburbana), entre os meridianos de 38°28'20" W e 38°28'6" W ; entre os paralelos 12°50'40"S e 12°50'51". Possui como acessos a Estrada que liga a BR-324 à Base Naval, a linha férrea e Avenida Suburbana. Este último é o utilizado com mais frequência.

2.2 Aspectos históricos de Paripe

Aspectos da história de Paripe é importante para que se conheça informações relacionados a origem do local, possibilitando assim um maior enriquecimento cultural, fortalecendo a identidade entre os moradores e o local

A primeira vila fundada em Paripe foi denominada como "Vila do Ó", onde tinha uma igreja e hoje existe apenas as ruínas e um cemitério ainda hoje lá existente que está em condições precárias.

A empresa de Carne Verde da Bahia Ltda, possuía a fazenda Meirelles, que era composta das Fazendas Olaria e Paripe, adquirida por compra feita ao Dr. Meandro dos Reis Meirelles por duzentos e cinquenta mil cruzeiros, em 11 de julho de 1928.

Em 15 de maio de 1950, foi dada entrada em três vias o projeto da planta para lotear uma parte da Fazenda, no protocolo da repartição pública na Prefeitura o processo nº 8201.

A Fazenda Meirelles estava situada na nona zona suburbana desta Capital, a parte loteada limita-se ao Norte com o terreno que pertencia a Dona Agna Gonçalves (em direção a São Tomé) . A nascente limitava-se com a parte restante da fazenda Meirelles

¹⁰ Construída em 1969, hoje possui 12km extensão e uma parte expressiva da Avenida está situada paralelamente ao trilho do trem. Colaborou para a instalação de atividades comerciais em suas margens. Bem como o rápido adensamento por habitações. De acordo com (Kessin & Arquitetos, 1998:) Com a implantação da suburbana o papel de "bolsão" de população de baixa renda dos subúrbios ferroviários se intensificou. Uma Avenida cercada por alta densidade de habitações subnormais, comércio de sucatas, construções erguidas em áreas de risco. Falta de obras de contenção de encostas, esgoto a céu aberto, avanços sobre o mar por entulhos indaques, poluição das praias e dos manguezais, altíssimo índice de criminalidade e violência, (...) Esse foi o destino das bucólicas áreas de veraneio de outrora.

onde ficava a faixa de terra cedida a escola de Menores, começando do Bate Coração e Fazenda Coutos I, II, III. E no poente limita a Baía de Todos os Santos, tendo como ponto de referencia o Colégio Barros Barreto, onde há séculos passados tinha um Engenho da Fazenda Olaria. Surgindo aí em 20/06/1951 o primeiro loteamento do Bairro sendo assinado pelo prefeito Dr. Osvaldo Veloso Gordilho e pelo Diretor e gerente João Martins da Silva.

Segundo a Senhora Adelaide da Hora Barros, moradora da Rua Travessa Sr Bonfim nº 8 , em Paripe desde 1948 “as condições do bairro eram bastante precárias , o meio de transporte utilizado em massa pela população era o trem da Leste Brasileira, que tinha como diretor Dr. Lauro Farane Pereira de Freitas, mas outras formas de transporte também eram utilizadas , como os marítimos: barcos e lanchas, e rodoviário uma marinete que fazia o percurso da estação de trem até a Base Naval de Aratu, além dos transportes em lombos de animais. Para lazer havia um campo de futebol, onde hoje é a praça de esportes”.

Acrescenta também que na década de 40, já havia também um cinema. As festas que se comemoravam eram as religiosas: mês Maria e Santo Antonio, na Igreja Nossa Senhora do Perpetuo socorro que ficava na Vila João Martins próximo ao Engenho. A iluminação dessas festas religiosas era feita a cada ano de bambu com pavio de gás. O sistema de Saúde extremamente ineficiente funcionava da seguinte forma; os médicos vinham em uma ambulância apenas na segunda feira, outra opção era ir até a calçada ou para Coutos, onde havia médicos particulares. Água encanada não existia, utilizavam-se as cisternas, lagoas ou poços. Durante a segunda guerra mundial, navios eram escondidos em Aratu, já que era um canal fundo. Os soldados negros trazidos dos EUA e os brancos não se misturavam, comiam e dormiam em locais separados. Esse preconceito racial e radical, trazido de lá chamou a atenção dos trabalhadores locais, muitos desses abandonaram seus empregos “certos” para trabalhar com os Americanos para ganharem um melhor salário na construção da Base Naval de Aratu, ao termino da construção perderam o trabalho e não conseguiram retornar aos empregos de origem.

Em 1969, o bairro já possuía cerca de vinte mil habitantes(Jornal da Bahia. Pág 01. Cad 02. Data 03/07/1969.) Uma população bastante significativa para o período quando se comparasse com cidades do interior da Bahia. O local já era também abandonado por parte das autoridades que só apareciam a cada quatro anos para fazer promessas àquela gente sofrida.

Uma área agradabilíssima e com muita tranqüilidade. O índice de violência era considerado praticamente zero. Os Paripenses, um povo educado e honesto em sua maioria, dentre outras qualidades e defeitos, tiveram a oportunidade de sentar no passeio ou colocar banquinhos na porta de casa, conversar e dar boas risadas, segundo os mais antigos na localidade . Nesse período lá não existia muita coisa nem mesmo um posto policial e sim três homens (um soldado e dois sargentos). Estes circulavam nas ruas largas, claras, super ventiladas, pois não existiam muitas construções principalmente as do tipo verticais que servem de barreiras para o vento que cai em direção ao interior do bairro.

Era comum de acumularem os lixos em esquinas e mato era freqüente crescendo rapidamente em diversos locais.

Circular em Paripe era muito difícil, não só para esses guardas, mas para toda a população principalmente nos dias de chuva, pois não havia rua nenhuma asfaltada, e como toda a região transforma-se em um verdadeiro lamaçal, um local não digno de cidadãos e sim de qualquer outra espécie animal. A rua Eduardo Dotto já era a artéria principal do Bairro, que com qualquer chuva transformava-se em um lamaçal, enquanto que no verão eram nuvens de poeira. Muitas eram as formas que os moradores utilizavam para driblar esse grande problema enfrentado principalmente nos bairros da periferia: levavam papeis dentro da bolsa e quando chegassem perto do destino limpavam o que estava sujo ou então usavam sacos plásticos nos pés.

O transporte rodoviário só no final da década de 60, muito precário, havia somente uns quatro a cinco ônibus ligando o Subúrbio até o centro da cidade.

Para sair do bairro a única opção para a massa que não possuía carro era usar o trem. Esse meio de transporte que foi implantado no bairro em 28 de Junho de 1860, que ligava Paripe até a Calçada, com cerca de 15,2 km de linha férrea, extremamente tranqüilo para se viajar, econômico e biológico, pois não polui o meio ambiente era utilizada para ir em outros bairros. É válido lembrar que esse transporte tinha uma frequência mais ou menos uma hora e no período chuvoso tinha grande dificuldade em trafegar ou pior algumas vezes não trafegava, pois a Baixada fiscal ficava alagada.

Já existia ali naquele bairro neste período um clube para diversão dos seus sócios - SPORT CLUBE PARIPE- havia área para piscina, quadra de vôlei e basquete. Aproveitar a praia de Paripe nessa década não era muito comum, pois estava começando a se tornar poluída, mas antes deste período ela serviu de atração para pessoas das mais variadas classes sociais, inclusive para quem possuía um poder aquisitivo alto. Outra opção era aproveitar o cinema de Paripe, que era sinônimo de referência não só para os outros bairros do Subúrbio e também para outras cidades com sua acústica maravilhosa e conforto oferecido pelo local para aquela década e os campeonatos de futebol que a Associação Oito de Dezembro realizava. (Jornal A tarde Cad 02, data 10-01-967 pág 13.)

Água encanada não fazia parte do dia a dia da população que tinha de retirar da fonte, era muito comum que todos tivessem fontes nos seus quintais para utilizar a água para o gasto quem não tinha ia até a casa do vizinho. Mas essa água vinda de fontes não eram próprias para se beber daí as pessoas compravam água na mão dos aguadeiros, garotos montados em burros, que iam buscar na “fonte do carneiro” que era muito distante do bairro.

A população por volta de 1967 estava esperançosa, pois o governo fez um acordo com a Base Naval de Aratu (entrou em funcionamento 1º de Janeiro de 1970) de uma

construção uma barragem p o fornecimento de água para a população, já que havia doado para essa Base a antiga Fazenda do Macaco. Em março de 1967 a canalização já estava sendo feita.¹¹

A rede de esgotos, como a iluminação das residências particulares é fruto da iniciativa privada. Postes de cimento, rede elétrica, tudo foi conseguido pelo povo ajudado principalmente pela Loteadora. Na rua Eduardo Dotto existem lâmpadas bastantes distantes umas das outras, postes com amostra de iluminação publica.¹²

Além da rede de esgotos Paripe no final da dec de 60 podia se orgulhar também do centro de abastecimento que ali havia sido construído. Era composto de onze boxes internos e externos e no meio uma área livre.

Tudo extremamente limpo, bem cuidado e ameaçado pela prefeitura da cidade. A construção do centro custou cerca de dezenove milhões de cruzeiros e os impostos chegaram na faixa dos onze milhões de cruzeiros, valor muito alto para que os donos dos boxes pagassem e eles disseram que preferiam que desmanchasse tudo, já que não podiam pagar, nesse local encontravam de tudo desde frutas , verduras, cereais , folhas para chás, artigos para armarinho, cipó, carne, enfim de tudo um pouco.¹³ Uma educação de qualidade é o que qualquer pessoa deseja ter, mas infelizmente nem sempre é possível, pois o meio em que se está inserido não a oferece. Havia duas escolas publicas e algumas pouquíssimas particulares. As escolas Edson Tenório com apenas o ensino fundamental e o Colégio Almirante Barroso que estava em condições precárias no final da dec de 60, mesmo três anos antes tendo passado por uma reforma. “O ginásio almirante Barroso conta com quatro salas de aula e veio em parte solucionar o problema da educação, mas ultimamente encontra-se me verdadeiro estado de ”calamidade pública”. O telhado esburacado proporciona a que a chuva inunde totalmente as salas. Caibros roídos pelo cupim são sustentados por escoras. A

¹¹ Retirado do jornal A Tarde cad 02, pág 13 em

10/03/1967 ¹² Retirado do jornal A Tarde cad 02, pág

13 em 10/03/1967. ¹³ Retirado do jornal A Tarde cad

02, pág 13 em 10/03/1967.

qualquer momento podem desabar e acontecer uma tragédia as portas de entrada para as salas foram lacradas por causa das obras de complementação e as do fundo que estavam servindo de acesso para o interior das mesmas foram arrancadas. O piso e as paredes geralmente encontram-se úmidos, exalando um forte odor de mofo. As esperadas obras de complementação compreendendo mais algumas salas, iniciadas no ano passado estão paralisadas por falta de dinheiro. A sala de diretoria foi transformada em depósito para guardar ferramentas dos trabalhadores”.¹⁴

Ali em Paripe ou em suas proximidades, estabeleceram-se muitas indústrias dentre elas podemos citar: Líquide Cardome e a óleos vegetais reseque. A instalação dessas indústrias atraiu um grande número de pessoas que estavam em busca de melhores condições de vida. Apesar de todas as dificuldades, as casas que estavam localizadas em Paripe eram bem acabadas e com lindos jardins.

No final da década de 60 freiras vindas da Europa desenvolviam um trabalho junto com a comunidade, ministravam aulas de catequese para as crianças e bordado e corte e costura para os adultos. Elas se sentiam muito felizes prestando esses serviços, pois percebiam a tamanha determinação que aquele povo possuía.¹⁵ A Igreja existente no local era chamada Nossa Senhora do Ó, que ainda possui muitos fiéis no bairro. Já existia um cemitério, em condições não muito boas.

O bairro sofreu uma grande evolução em vários setores, merecendo destaque para a área comercial e habitacional, com implantação de diversas fábricas nas imediações, fazendo surgir novos conjuntos habitacionais destinados aos que trabalhavam nas novas indústrias e atraiu também muitas pessoas que vinham de outros lugares na esperança de encontrar novo emprego. Em 1981 segundo dados encontrados na Prefeitura desta cidade, a população de Paripe já era estimada em 31.366 habitantes em uma área de 347 hectares, contava com 7 escolas estaduais, 03 municipais, 04

¹⁴ Em 03/07/1969, pág 1, cad 02. O jornal da Bahia.

¹⁵ Jornal da Bahia. Página 01. Caderno 02. Data 03/07/1969.

particulares atendendo um alunado de cerca de 11.000 alunos do ensino médio ao 2º grau. Contava com dois postos de saúde sendo um público e outro particular, que juntos atendiam diária mente 110 pessoas. Grande parte das ruas não possuía pavimentação. Era inexistente o sistema de drenagem de águas pluviais, bem como rede geral de esgoto. Em algumas áreas existiam pequenas redes locais que despejavam na praia e para o esgoto primário, o sistema utilizado era a fossa.

O abastecimento de água, embora de forma irregular, mas existia. A rede de iluminação já abrangia todo o Bairro. A comunidade era relativamente organizada dispondo de varias entidades representativas com atividades voltadas para melhoria das condições de vida da população; a exemplo da Sociedade oito de Dezembro e CÂMARA para o desenvolvimento do Progresso de Paripe e Associação dos servidores Civis do Distrito Naval, ainda existentes e que me ajudaram a desenvolver esse trabalho.

Com o rápido crescimento do bairro, hoje se sente a necessidade de uma atenção especial nesta área da cidade, para que essa população extremamente esperançosa obtenha condições dignas de sobrevivência.

Feita esta abordagem geral sobre Paripe, agora serão abordados aspectos relacionados ao Loteamento Colina do Mar.

2.3 Ocupação e consolidação da área

Com relação a posse da área antes da ocupação, muitas são as informações que os moradores possuem, para uns o terreno pertencia a Marinha Brasileira, enquanto que outros comentam que pertencia a Habitação e Urbanização da Bahia(URBIS).

Para outros ainda aconteceu um processo de doações e vendas da seguinte maneira o terreno era dos Martins foi vendido para a Marinha e depois doou para as Obras Assistenciais de Irmã Dulce, que na época precisava de recursos e vendeu em para a URBIS

De acordo com documentos encontrados na Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) que registram a posse até 1982. A área pertencia a Dr. Menandro dos Reis Meirelles e sua mulher Dr^a Hermelinda Isabella da Silva Meirelles. Foi vendida a Empresa Amada Bahia, sociedade anônima, que tinha sede na Cidade do Salvador, escritório Central localizado na Rua do Ouro nº9, em 11 de julho de 1928, pelo valor de duzentos e cinquenta contos de réis(250:000\$000), pagos em moeda corrente.

No mês de abril de 1982, foi dada entrada na Secretária de Obras Públicas da Prefeitura de Salvador (SUOP) no ante projeto de um conjunto residencial no local.

No mesmo ano foi dada entrada ao projeto de urbanização integrada, feito pelo arquiteto Carlos Gonzaga de Pinho e a Construtora OTTO. O conjunto seria composto por 27 blocos residenciais pluri domiciliares, sendo oito edifícios com apartamentos de três quartos e dezenove com apartamentos de dois quartos. Teriam quatro pavimentos e o terreno totalmente vazado em pilotis, enquanto os demais com doze apartamentos dispostos quatro por pavimento, totalizando 324 unidades habitacionais.O projeto (VER ANEXO) tinha sua área dividida de acordo com a tabela abaixo:

TABELA III

DADOS DO PROJETO DE 1982 DO CONDOMÍNIO QUE SERIA IMPLANTADO NO LOCAL

Descrição do uso	Tamanho da área
Área de ruas e estacionamento	9280,00m ²
Área ocupada pelas projeções das habitações	7597,56m ²
Área destinada a escola	3.650,00m ²
Área destinada ao centro comercial	2.200m ²
Área destinada à recreação esporte	3.700m ²
Área de caminhos, gramados, taludes e jardins	24.227,74m ²
Área do apartamento de 3/4	78,21m ²
Área do apartamento de 2/4	67,04m ²
Área do edifício com 3/4	1.251,36m ²
Área do edifício com 2/4	1.072,64m ²
Área Total da Gleba	50.655,50m ²

FONTE: Elaborada por Maria das Graças Silva, em 08 de junho de 2008, Tendo como base dados da Prefeitura Municipal de Salvador

Toda a área deveria sofrer serviços de terraplenagem, devido às condições topográficas, o que proporcionaria a criação de diversos platôs onde seriam implantados grupos de edifícios dispostos de acordo com o projeto.

Nos locais onde houvesse necessidade de contenção, esta seria feita em alvenarias de pedra ou em concreto tipo pré-moldado,

O conjunto de acordo com o deveria ser atendido pelo sistema de Linhas de Paripe, Base Naval/São Tomé de Paripe, Plataforma/ Centro Administrativo e Periperi Centro Administrativo e não haveria penetração no conjunto, uma vez que o sistema viário não oferece condições para o transporte coletivo.

Havia também viabilidade técnica para o fornecimento de energia elétrica ao conjunto habitacional, entretanto a viabilidade financeira só poderia ser atestada posteriormente com a elaboração de orçamentos definitivos.

Quanto à coleta e o armazenamento de detritos sólidos deveria possuir contêiner para uma melhor operação no local.

Quanto ao abastecimento de água estava condicionada ao início de operação do sistema de adução da ETA suburbana; O requerente do projeto deveria ter participação nos custos das linhas tronco que seriam implantadas.

Quanto ao sistema de esgotamento sanitário o deveria ser composto de rede coletora, estação de tratamento e lançamento no corpo receptor. Deveriam ser obedecidos os parâmetros estabelecidos pela coordenação de Recursos Ambientais – CRA/SEPLANTEC.

Esta descrição a respeito do conjunto habitacional que deveria ser implantado na área aqui estudada se fez importante para que fosse percebido os muitos cuidados no local para que a população pudesse condições dignas de sobrevivência.

O projeto de urbanização integrada que havia sido proposto e aprovado não foi pago na prefeitura desta cidade. Logo, não foi implantado deixando uma área grande, sem nenhuma ocupação em uma década que as invasões se intensificaram na cidade, devido a necessidade de morar fundamental para centenas de famílias.

A ocupação iniciou em 1988 num sábado, o local era perigoso, tinha uma mata densa e muitos homens violentavam mulheres na área. Então, um grupo de pessoas que residiam em sua maioria em Paripe nas casas de familiares ou então de aluguel, resolveram ocupar a área e dar início a um difícil processo de luta para garantir o direito de todo cidadão de morar.

Alguns caracterizam os espaços produzidos por estes grupos como espaços desordenados. Neste trabalho o Loteamento Colina do Mar não será caracterizado de tal maneira, pois cada morador reconhece cada parte e consegue se situar sem problemas na área. Assim, o Loteamento não é desordenado e sim um espaço resultante de uma ordem cruel, perversa e excludente gerada pelo atual sistema capitalista em vigor na sociedade brasileira.

Ainda neste contexto vale abrir um parêntese e esclarecer ainda que no Subúrbio de Salvador bem como em outras áreas que possuem uma situação de precariedade nas condições de vida da população não é possível existir o cumprimento de leis e normas urbanísticas por parte da população, afinal atingir o processo considerado legal é muito complexo, rigoroso e burocrático. O que a população busca é suprir a necessidade indispensável e fundamental de morar que está dentro de suas possibilidades.

Os cidadãos em sua maioria de Paripe e outras localidades do Subúrbio de Salvador, se uniram, juntaram-se e invadiram, limpavam o local e construíram suas habitações dos materiais mais diversos possíveis como papelão, plástico, pedaços de madeirite telhas e começavam a morar.

Vista assim, a necessidade de um local para morar se fazia e ainda hoje se faz presente na sociedade soteropolitana e conseguir suprir tal necessidade é prioridade para todo e qualquer cidadão como forma de proteção e segurança.

No período da inicial da ocupação estes agentes modeladores do espaço receberam apoio de simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT) que havia sido formado naquela mesma década.

Os moradores resistiram às ameaças constantes da polícia militar que mais uma vez tentou expulsar os moradores.

Era comum neste período de mulheres que tentavam ocupar o terreno dizer que não possuíam marido, nem lugar para morar e manter um relacionamento curto com alguns organizadores da ocupação na intenção de conseguir uma parte para si e logo depois que conseguiam seus terrenos os maridos surgiam.

Ao perceber que os moradores não iriam desistir da ocupação a URBIS começou a intervir no processo e colaborar na configuração do espaço loteando toda área. Abriu ruas mais largas e algumas habitações foram destruídas, mas os que perderam suas casas neste processo as recuperaram em outro local.

Foi feito um cadastro pelo órgão e foi descoberto que pessoas já haviam sido contempladas com habitações em outros lugares da cidade pela URBIS e muitas dessas não ficaram na área.

A partir deste momento não mais o local se chamava Invasão Colina do Mar como tinha sido proposto por um dos que reivindicou a permanência das pessoas no lugar e passou a se chamar Loteamento Colina do Mar.

Tal forma de ocupação do espaço urbano é reflexo das desigualdades sócio econômicas que vigoravam nesta época, aliada a falta de eficácia ou ausência de políticas públicas que enfrentassem o problema habitacional.

Em 1996, aconteceu uma intervenção no local do programa Viver melhor, e o recursos foram oriundos do Pró-moradia¹⁶.

As ações do programa Viver Melhor englobam a melhoria das condições de áreas insalubres, degradadas e de risco. Através da construção ou melhoria de unidades habitacionais, implantação de unidades sanitárias atreladas a obras de pavimentação, drenagem, realização de redes de esgotos, energia elétrica e água. A utilização da mão de obra do local era uma prioridade que tinha como objetivo gerar emprego e renda para os moradores do local, bem como a regularização fundiária e a educação ambiental para que a população pudesse ter um cuidado com os equipamentos implantado e com as melhorias que eram realizadas.

As intervenções do Viver Melhor no Loteamento Colina do Mar ocorreram na primeira etapa do programa, onde mais doze áreas foram selecionadas, tomando como base um estudo realizado pela UFBA, que selecionou 440 locais de ocupações do tipo “invasão” na capital Baiana.

¹⁶ Criado em 1995. Possui como população beneficiada um publico que possui entre 0 e 3SM, residentes em áreas insalubres, em risco e locais impróprios para moradia. Priorizam municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, ou que contenham cidades de grande e médio porte, ou que tenham taxas de cresciemtno superiores aos seus respectivos estados.(Aragão, Tarcila Mel Silva,2004, p.58)

A intervenção começou em 01 de agosto de 1996 e se estendeu até agosto de 1998, envolveu 545 famílias, foram construídos dois equipamentos comunitários, 54 unidades habitacionais (casas-29,62 m² e embriões-12/16,00m²), 121 unidades sanitárias(2,79 m²), infra-estrutura coletiva, ligações e pequenas melhorias domiciliares. Com um investimento correspondente a R\$ 1.485.655,59, podendo assim ser considerada uma intervenção de médio porte.Os dois equipamentos comunitários implantados foram a Escola Municipal Colina do mar e a Escola Estadual Professor Carlos Barros.

Segue abaixo especificado na tabela dados sobre a intervenção do Viver Melhor:

TABELA IV

DADOS DA INTERVENÇÃO DO PROGRAMA VIVER MELHOR

Descrição do Uso	Área	Percentagem
Escola	1080,00m ²	2,13%
Área verde	5.707,00 m ²	11,27%
Sistema Viário	6.844,00m ²	13,52%
Área dos Lotes	35.500,50m ²	70,08%
Pré escola e Conselho de Moradores	1.523,75m ²	3,00%
Área total	50.655,50m ²	100%

FONTE:Elaborada pela autora deste trabalho, tendo como base dados da PMS.

Como pode ser percebido na tabela acima existia no mesmo terreno da Escola um salão reservado para a Associação Beneficente dos Moradores do Loteamento Colina do Mar (ABMLCM). A URBIS fez o acordo (VER ANEXO II) de utilizar o salão e aumentar a escola, para logo em seguida construir em outro local a associação, pois segundo os funcionários deste órgão não poderia existir uma associação.

Os responsáveis pela acreditaram que realmente o acordo seria cumprido e assinaram um termo autorizando a utilização do espaço pela prefeitura que até hoje não cumpriu com sua parte. Ficando assim sem um imóvel para a sede no loteamento. Este acontecimento serviu para enfraquecer ainda mais o ativismo, pois não existe um local para encontros, reuniões, discussões e palestras no Loteamento.

A engenheira responsável pelas obras do programa foi Bárbara Maria Guerra Rego e de acordo com ela ocorreu uma preocupação com as questões ambientais e uma integração com os moradores, pois parte deles trabalharam na obra. Todos foram beneficiados com os serviços de infra-estrutura. O prazo e o valor da obra inicialmente estipulada não foram suficientes, sendo que ocorreu uma prorrogação e não foi possível realizar tudo q estava previsto devido a falta de verba.

Pouco tempo depois de inauguradas as intervenções do Programa Viver Melhor, os moradores já se queixavam de problemas nas casas, como muitas rachaduras internas e externas, do perigo que representava as encostas que deveriam ter sido contidas e de outros problemas(VER ANEXOIII).

O Arquiteto da prefeitura Renato Caetano Junior faz uma abordagem ampla de como devem ser tratadas áreas provenientes de invasão como o Loteamento Colina do Mar:

Na realidade quando tem uma área dessa proveniente de invasão é preciso fazer um agenciamento, ou seja é um tratamento você tenha diminuído os riscos. O Órgão responsável deve dar as condições mínimas de segurança, você faz um tratamento em uma área dessa é preciso dar um mínimo de condições de habitabilidade então você vai fazer toda a parte de drenagem, a parte contenção das encostas, a de

esgotamento sanitário, a partir daí são a divisão em lotes, essas áreas de lotes vão ficar sujeitas a um tipo de ocupação que vai estar ali, se é uma ocupação proletária a própria legislação permite que sejam lotes inferiores ao lote padrão pode variar de 125m² até 60m² até, mas isso se for programa de recuperação de áreas sociais entendeu? por isso era feito pelos órgãos municipais federais e estaduais. O empresário a organização privada não pode chegar numa área fazer um Loteamento com área de 70 m², a não ser se for autorizada pelo governo.

Percebe-se, portanto que é necessário que essas áreas tenham um tratamento mais cuidadoso devido a sua precariedade, proporcionando melhores condições para a população que está instalada no local.

A última intervenção no local foi esta do Viver melhor que acabou de ser descrita acima e até hoje nenhuma intervenção aconteceu na área e os moradores ainda estão expostos a vários riscos que afetam de forma direta a qualidade de vida dos moradores.

No mês abril de 2006, ocorreram fortes chuvas na cidade(VER APENDICE) e no dia 30 deste mês ocorreu um deslizamento de terras que provocou o desabamento de um imóvel na Rua Sonia Lima e mais três foram condenadas pela Defesa Civil. Na encosta desta rua existiam árvores de grande porte como mangueira, jaqueira, coqueiro, bananeira e um pé de acerola.

Para evitar deslizamentos de terra os moradores devem seguir algumas recomendações que minimizam a probabilidade destes acontecimentos, mas o que acontece nos locais riscos são quase sempre atitudes contrárias às necessárias.

Na Rua Paulo Avelar os moradores colocaram entulho na encosta acreditando que seria uma forma de conter o deslizamento, quanto alertados de que aquele procedimento não estaria adequado contestaram.

Com relação a práticas cotidianas dos moradores em driblar os problemas, neste caso de evitar deslizamentos o arquiteto analista da Prefeitura Municipal de Salvador Renato Caetano Jr que em 1982 era diretor do D.U da diz que:

(...)essas áreas de risco que já são complicadas se agravam por que quando as pessoas começam a ocupar começam a jogar lixo, começam a jogar esgoto, começam a desmatar a vegetação nativa o capim isso sustenta serve como proteção a encosta isso sustenta,quando você tira isso, a chuva ela se torna mais violenta, ela corroi mais a encosta , fazendo com que penetre nas encosta e desmorone, se você bota água de esgoto ela começa a infiltrar nas encostas chaga um ponto que satura isso e o terreno agüenta e o terreno desaba não o entulho, lixo tudo isso é uma maneira de reter água no solo. A erosão é sempre presente nestas áreas então a terra indo embora, vai criando buracos, então o cara vai colocando entulho numa maneira de fechar os buracos só que não adianta colocar entulho sem ter uma proteção de alvenaria, de concreto pra segurar este entulho se não ele vai embora do mesmo jeito.

Em seguida é exposta uma tabela onde estão as ocorrências registradas na CODESAL sobre a área.

TABELA V
OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA CODESAL DA ÁREA DE ESTUDO

<i>Nº Proc</i>	<i>Data</i>	<i>Solicitante</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>Cod. Log.</i>	<i>Imóvel</i>
7883	25/04/2007 11:54:13	Anailza Marques de Oliveira		16545	13
7883	08/05/2008 12:48:32	Anailza Marques de Oliveira	Ameaça de desabamento	16545	13
7883	22/04/2006 09:42:33	Analice Marques de Oliveira		16545	13
7883	24/05/2005 09:04:42	Analice Marques de Oliveira		16545	13
4609	03/04/2005 08:23:28	Antonio de Jesus dos Santos	Pendente(Não localizado)	16545	07
13824	30/04/2006 08:26:34	Emilia dos Anjos Oliveira	Desabamento de imóvel (inexistência de alvenaria para sustentação do talude e rede de drenagem)	16545	23
14474	04/05/2006 21:45:14	Joelson Rufino Gomes dos Santos	Desabamento(Construção em área de risco)	16545	22 fundo
14100	13/02/2007 08:59:39	José dos Reis de Jesus	Deslizamento de terra com ameaça de desabamento do imóvel.	16545	1-E
14100	01/05/2006 10:12:24	José dos Reis de Jesus		16545	1-E
5418	16/05/2006 09:48:43	Laio Oliveira de Carvalho	Ameaça de desabamento da construção em área de risco. Habitação com a estrutura comprometida	16545	12
5418	06/04/2005 10:03:52	Laio Oliveira de Carvalho		16545	12
14150	01/05/2006 14:11:16	Maria Fagundes	Deslizamento de terra com desabamento parcial do imóvel construído em área de risco	16545	21 E
14149	13/02/2007 08:53:55	Maria Geane Freitas de Jesus	Ameaça de deslizamento e desabamento da alvenaria de contenção em bloco	16545	25 E
14149	01/05/2006 14:08:47	Maria Geane Freitas de Jesus		16545	25E

Fonte: Tabela Elaborada pela aluna Maria das Graças Silva, tomando como base os dados encontrados no SGDC.

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA ÁREA

FOTO 01- ÁREA EM 1976



FONTE CONDER

FOTO 01- ÁREA EM 1989



PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA ÁREA

FOTO 03- ÁREA EM 1998



FONTE CONDER

FOTO 04- ÁREA EM 2006



GOOGLE EARTH

Nas fotos acima é possível perceber o processo de urbanização da área estudada e do seu entorno.

2.4 Aspectos socioeconômicos da área estudada

Em uma caminhada feita com muita atenção é possível perceber nas fachadas de uma quantidade considerável de casas com placas de “Vende-se geladinho”, “Fazemos”, “Temos desinfetante” ou ainda potes cheios de caramelos e outras variedades de doces com salgadinhos dependurados por perto ou ainda desinfetantes feitos pelos próprios moradores para que seja possível conseguir uma renda para complementar as despesas.

O IBGE para desenvolver seu trabalho criou setores censitários¹⁷ para que os dados fossem coletados com mais precisão.

A área deste estudo de caso possui uma situação fundiária irregular, assim como quase todo o subúrbio de Salvador. É composta por três setores censitários que pertencem ao subdistrito 13(treze) ou de Paripe, são eles: 0062, 0115e 0072. Neste trabalho utiliza-se os dados dos dois primeiros setores em virtude de quando somados corresponderem a quase totalidade da área que os moradores consideram como sendo o loteamento Colina do Mar.

A tabela, bem como o gráfico que segue mostra o rendimento dos responsáveis pelos domicílios que compõem o Loteamento.

¹⁷ Unidade territorial de coleta em uma área continua com uma dimensão e um numero de domicílios que permitam apenas um único recenseador levantar as informações em um tempo estabelecido. Os limites devem ser determinados tomando como base pontos de referencia fixos e fáceis de serem identificados no meio urbano ou rural para evitar que um recenseador realize trabalho em outra unidade ou não deixe de fazer coleta no seu setor. Fonte: IBGE.

TABELA VI
RENDIMENTO DOS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS DOS SETORES
CENSITÁRIOS 0062 E 0115

Rendimento	Resp do setor 0062	Resp do setor 0115	Setores 0062 e 0115
Até ½ SM	04	04	08
> ½ a 1 SM	52	32	84
> 1 SM a 2 SM	53	46	99
> 2 SM a 3 SM	20	17	37
> 3 SM a 5 SM	12	07	19
> 5 SM a 10 SM	02	05	07
> 10 SM a 15SM	02	0	02
> 15 SM a 20 SM	0	0	0
> 20 SM	01	0	01
Sem rendimento	82	56	138

FONTE: Elaborada por Maria Graças Silva, de acordo com informações do IBGE - Censo 2000.

GRÁFICO I



FONTE: IBGE

O IBGE em 2000 classificou os dois setores que estão sendo estudados como sendo aglomerados subnormais¹⁸ devido as características do local.

È possível perceber claramente que uma maioria significativa dos moradores não possuíam rendimento, o que comprova que este moradores não possuíam condições para adquirir suas habitações de forma legal, a precariedade habitacional e outros problemas.

Vale esclarecer aqui que buscou-se no IBGE os dados do censo anterior ao de 2000 referentes ao local. Entretanto ao analisar foi verificado que tais setores que compões o Loteamento ainda não existiam e o setor de nº0062 que existia na década de 1990 não correspondia ao mesmo setor da atualidade. O que surpreendeu os funcionários do IBGE, pois segundo eles quando surge um novo setor não se devem repetir numerações anteriores.

Assim, não existem dados oficiais da década de 1990 no censo, O que impossibilitou uma comparação entre as duas pesquisas.

2.5 Aspectos geomorfológicos

Salvador possui uma geomorfologia peculiar e complexa. De acordo com (CARNEIRO Maria,1999. Apud Ab' Saber 1952), são quatro os elementos topográficos que constituem o relevo de Salvador:

1)A estreita e rasa da planície da cidade baixa, encostada a escarpa de Salvador e continuada para o interior por colinas e planícies um tanto mais largas;

2)A escarpa de linha da falha do Salvador, com 60 e 80 metros de plano de folha exposto e pouco erodido prolongando de SSW a NNE, através de mais de 20km;

¹⁸ Conjunto constituído por unidades habitacionais (barracos ou casas) ocupando ou tendo ocupado, até por período recente terreno de propriedade alheia (publica ou particular) dispostos, em geral de forma desordenada, densa e carente em sua maioria em serviços públicos essenciais. O que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação desordenada e quando na sua implantação não houve posse da terra ou título de propriedade. Fonte:IBGE.

3) Os altos rebordos e estreitas suaves do topo da escarpa, na cidade alta, dispostas paralelamente aos elementos anteriores;

4) Os morros, outeiros e vales bem marcados do reverso da escarpa, correspondentes a bacia de drenagem do Rio Vermelho, pequeno curso d'água que secciona diretamente o maciço do Salvador, buscando diretamente o Atlântico.

Salvador possui, portanto, várias formas de relevo, a começar pela mais característica que é a falha geológica presente que a divide em alta e baixa. Com uma topografia bastante acidentada é sendo muito comum encontrar na cidade muitos vales e colinas.

O loteamento Colina do Mar possui uma topografia (VER APÊNDICE) acidentada, está situado em uma parte alta de onde é possível ter uma visão privilegiada da belíssima paisagem da Baía de Todos os Santos. O tipo de solo presente com muita freqüência nas no subúrbio é o massapé.

De acordo com a CONDER uma faixa que se espalha pelas margens da avenida suburbana passa por um processo de acomodação. A rocha que originou a falha geológica tinha outra composição e hoje, em decomposição, é rica em material orgânico formando o que se chama normalmente de solo de massapé.

A característica principal deste tipo de solo de acordo com os estudos da UFBA é apresentar retração e expansão quando varia a. sua umidade e grau de saturação.

CAPÍTULO 3 - A PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS MORADORES

Este capítulo pretende dar voz aos moradores, os verdadeiros conhecedores do local, principalmente quanto aos problemas e as formas de driblá-los. Doze pessoas forneceram relatos, entretanto apenas dez responderam aos questionários, pois as outras duas não residiam no local, mas seus depoimentos se faziam necessários, por que detinham conhecimentos sobre a região.

Como critério de escolha das pessoas para a aplicação dos questionários, se preferiu as que moravam perto da área de risco e/ ou estão no local desde o início da ocupação ou ainda pessoas que possuem uma certa participação em busca de melhorias para o loteamento: 1)Agente de Saúde responsável por cinco ruas do loteamento, o que corresponde de acordo com ela a 830 pessoas e 187 casas ;2)Moradores que possuem suas casas condenadas pela CODESAL; 3)Participante ativo do processo de ocupação do terreno;4) Donas de Casa residentes próximas às encostas; 5)Costureira que mora desde o início da ocupação; 7)Coordenadora do projeto Escola Aberta e responsável por reivindicações no local.

Uma população majoritariamente afrodescendente, com muita receptividade e boa vontade claramente perceptíveis nos gestos e atitudes. Além de muita garra e determinação, são características dos moradores do Loteamento Colina do Mar com os quais a aluna manteve contato.

Quanto a idade dos que responderam os questionários, dois possuem mais de 50 anos, cinco estão na faixa entre 40 a 50 anos, dois entre 30 a 40 e apenas 1 entre 20 e 30 anos. O mais novo dos entrevistados possui 23 anos e mais velha 58 anos. Nenhum dos entrevistados é aposentado e a que possui um maior número de filhos é tem 48 anos: nove ao todo.

Dentre os entrevistados as diaristas são a maioria (três), seguidas pelas donas de casa (duas), um auxiliar industrial e uma funcionária de salão de beleza, além de um comerciário. Este último é o único que está cursando o nível superior (é aluno de Direito em uma universidade privada onde conseguiu uma bolsa). Quanto ao nível de escolaridade, dois possuem primário incompleto; uma possui o ensino fundamental completo; uma ensino médio incompleto; três possuem ensino fundamental incompleto, dois possuem o nível médio completo e uma delas demonstra muito orgulho por ter atingido tal grau de escolaridade e observa atentamente tudo que é escrito no questionário.

Dentre os moradores que responderam os questionários oito moravam nas casas dos familiares antes de irem para o loteamento, apenas uma morava de aluguel, e a outra havia perdido sua casa em Paria Grande após um desabamento. Nove dos entrevistados foram morar no local por que tiveram dificuldades de encontrar moradias em outras áreas da cidade, com exceção de um que foi morar no local almejando oportunidade para estudar.

Dos dez entrevistados cinco já estavam lá desde o início da ocupação; dois moram há seis anos; três moram entre 14 e 18 anos. Eles moravam em sua quase totalidade em diversas regiões do subúrbio. Cinco pessoas adquiriram as suas residências através da invasão do terreno, duas compraram a casa, duas compraram o terreno e apenas uma construiu a casa no terreno dado pelo pai.

A sr^a T. Santos, 43 anos, moradora desde o início da ocupação enfatiza: “Ou a gente invade ou fica no meio da rua, agente não tem condições!”(T. Santos). Tal afirmação demonstra a falta de condição dos moradores em adquirir um imóvel.

A Sr^a M. Oliveira, 48 anos, estava grávida na época, vivia na Invasão do Bate Coração também em Paripe e foi morar no loteamento por não suportar as brigas com o marido e por não possuir outro local para ir.

Com relação ao processo de ocupação e as estratégias de resistências dos moradores D. M Oliveira ,48 anos, descreve como foi que ela conseguiu conquistar o espaço para construir sua casa que hoje possui três quartos, uma sala, cozinha e um banheiro para oito pessoas:

Eu arranquei as arvores, marquei logo meu território e cobri com plástico. Fiz meu barraco e pedi a Deus para que fosse meu um dia(...). Só morre de fome aqui em Paripe quem é preguiçoso, por que eu comia da maré(...) muita gente desistiu devido a dificuldade(...) a gente emendava fios que jogavam fora, quebramos o cano geral, as mulheres olhavam a policia e os homens cavavam.(M. Oliveira,48 anos).

Percebe-se ainda como muita freqüência quando se passa pela Av. Suburbana, principalmente utilizando o meio de transporte ferroviário muitos moradores catando os frutos do mar presentes na região tanto para o próprio consumo, quanto para a venda.

Sobre as dificuldades encontradas. A moradora T. Santos acrescenta que:

Quando começou aqui era muita lama, falta de água a gente puxou gato de lá de baixo do poste, era a maior dificuldade com fio e tudo a polícia veio varias vezes (...) eu não sei nem dizer de quem era esse terreno eu sei que tava vazio e a gente entrou e graças a Deus e foi maravilhoso porque hoje em dia é a nossa área de morar e lazer.

Fica evidente a necessidade de moradia que uma parcela significativa dos cidadãos possui e por isso ultrapassam as barreiras legais e enfrentam os grupos policiais que são responsáveis pela manutenção da “ordem”. O que vale é adquirir um local, poder garantir e dizer que lhe pertence. Obtendo assim um local para proteção e que forneça sua segurança ainda que de forma precária.

De um modo geral as dificuldades descritas acima fazem parte do dia a dia dos cidadãos que não possuem recursos para conseguir sua moradia de acordo com as

normas consideradas legais pela sociedade que tem interesse em uma perpetuação das relações sociais existentes.

A moradora M.Souza, 47 anos conta como foram os entraves com a polícia:

A polícia tentou derrubar...não.... Ela veio primeiro derrubou, aí depois a gente continuou fazendo aí veio a polícia e a CONDER aí polícia tentou derrubar e depois conversou com a gente e disse que ia lotear direitinho só que a gente não saiu e aí eles vieram e mediram terrenos com a gente dentro dos terrenos se a gente precisava ia sair pra que? a gente ficava como ? A ver navios? Se a gente tava precisando Eles ameaçaram demais.

J. Santos, 41 anos acrescenta com relação a ação da polícia:

A Polícia militar do Estado chegou a primeira vez no local na terça feira seguinte a ocupação e derrubou varias casas, levando as ferramentas das pessoas que serviam para a ajudar no processo de construção das precárias moradias.

O depoimento acima mostra que no processo inicial de uma ocupação deste tipo é importante primeiramente demarcar a área que você possui interesse e montar as primeiras estruturas de forma precária no local para garantir seu espaço. Fica claro também que a cooperação é fundamental neste processo, pois como está relatado existia uma divisão das atividades para cada grupo. E. Pereira, 46 anos esclarece alguns problemas que ela teve que enfrentar para garantir sua casa:

O problema era lama, muita lama, muito esgoto, muito rato, muita vala, era vala de um lado, vala do outro da rua. Eu naquele tempo eu vendia peixe, sardinha tratada e tudo mais , pelas casas das pessoas né? pelos bairros e tudo mais chegava de noite, a violência não nunca chegou a me atingir Eu saí largava minhas filhas sozinha. Ainda menores naquele tempo com sete oito anos Ninguém nunca buliu, nem nada. O que mais me incomodou era que não tinha nada, eu morava num barraco de tabua de lona, e quando chovia a gente ficava quase que em pé nos bancos no barraco para a água passar de lado e sair do outro. Só isso mesmo que eu tenho pra falar daquele tempo todo. Só isso!(E. Pereira, 46 anos)

Acrescenta ainda como que conseguiu construir sua casa de três cômodos onde vive com mais dez pessoas:

A casa fui comprando as coisas aos pouquinho, aos pouquinho, fez um mutirão os vizinhos mesmo, um me ajudando, cada um me ajudando numa coisa outro na outra, num bloco, quem já tinha mais condição, quem sabia fazer vinha os meus irmãos e Deus ajudou né? que eu consegui fazer os três vão que eu vivo hoje.(E. Pereira, 46 anos).

O processo acima descrito pela moradora é muito comum na capital baiana principalmente na periferia, nos bairros populares e é denominado de autoconstrução. Através do qual existe uma solidariedade durante a construção das moradias e os moradores trabalham geralmente no tempo livre, ou finais de semana para garantia da construção.

E. Pereira diz que “hoje as maiores dificuldades: é das encostas, que eu fico com medo de cair aí qualquer hora e chegar atingir minha casa se quebrar e cair a gente vai ficar como? a gente vai ficar tudo desnordeado. Que a CONDER não toma condições de fazer nada aí”(E. Pereira,46 anos).

O descaso do poder publico para com esta população fica evidente na fala de C. Cruz, 52 anos:

Aqui segurança, os problemas com a CONDER, por que as casas estão rachadas todas rachadas, quase feita pela CONDER,temos 20 casas e 35 embriões estão rachadas temos 3 a 4 casas que estão com rachaduras perigosas e inclusive tem uma casa de uma pessoa que é deficiente e que está com medo de cair por cima dos filhos e por cima dela. Um entupimento na Rua Paulo Avelar, da rede pluvial q está correndo riscos as casa estão recebendo essa água, as ruas estão todas quebradas e as encosta que até hoje de 2006 p cá a gente n conseguiu fazer nada

A.Jesus, morador do local, vive em uma casa que a CONDER paga um aluguel equivalente a R\$ 150,00 desde 2006 quando sua casa rachou e ele ficou sem condições viver no imóvel conta como aconteceu este processo de mudança e suas expectativas com relação a sua nova moradia:

Esta casa foi uma aquisição do meu irmão. Quando ele comprou a casa não havia nenhum indício de que aquela estrutura pudesse ser danificada. Existia a encosta sim, mas nada que desse para perceber que iriam surgir rachaduras desestruturar a casa de chegar ao ponto de eu sair de lá. Foi uma coisa surpresa, dois anos depois deu uma chuva muito forte, quer dizer, antes surgiram rachaduras na casa a gente foi pagar pedreiro, ele foi ajeitou tudo, ficou beleza. Aí depois da chuva de maio de 2006, piorou a situação ao ponto de a terra no fundo correr e rachar a casa no meio certinho, chegando ao ponto de eu não poder mais morar lá. Eu não poderia arriscar minha vida! Fomos até D Creuza e descobrimos que foi uma casa construída pela CONDER e ela teria de arcar com as despesas e tal. Vista que é uma construção dela. E tou até hoje no aluguel ainda esperando. Ela já me ofereceu uma casa, eu não gostei do local era muito longe, ou seja, pra eu receber uma casa que não ia me oferecer uma estrutura digna eu não queria. Eu preferi ficar no aluguel mesmo. Meu nome está inserido em uma lista para conseguir um imóvel, mas eu vou pagar também por este imóvel, não vou ganhar totalmente (A. Jesus, 21 anos)

A. Jesus enfatiza ainda a falta de atenção do poder público para com a população já citada por outros vizinhos:

Aqui os principais problemas são o que além da infra-estrutura, não vejo um acompanhamento político tipo assim vendo o que bairro necessita, somente em época de política e olhe lá D Creuza que vê as principais, as mais gritantes situações e denuncia no rádio, e faz isso faz aquilo. Não vou dizer que não existe a questão de drogas essas coisas tá? Também não convivo muito, minha vida é correria. Mas é uma coisa hoje presente em Salvador. Tem a questão de qualidade de vida, não vejo qualidade de vida pra as pessoas e incentivo para uma permanência no local. (A. Jesus, 21 anos)

Todos os dez moradores que responderam o questionário disseram ter conhecimento dos problemas que existem no loteamento. Para nove dos entrevistados o principal risco é a possibilidade de deslizamento de terras, seguido das ocupações com risco de desabamento e a violência. Apenas uma pessoa considerou a violência como principal problema e acrescentou ainda, deficiências de saneamento e a falta de espaços para o lazer e deixou claro ainda: a culpa é dos governantes que não capacita, não dá um incentivo, deveria ter palestras aqui e o apoio dos governantes.

Com relação à frequência de água no local Isabel de Jesus diz que:

Água também tem problema aqui,mas falta dois três dias mas dá para gente levar e esgoto também não é muito bom mas não entope muito não. Aqui mesmo quando falta água que o pessoal tem preguiça de pegar água, o balão chovia aí.(I. JESUS, 58 anos)

Com relação às doenças mais comuns citadas pelos entrevistados foram gripe, febre e dengue. A moradora M. Oliveira, 47 anos, acrescentou que é muito comum também escabiose que tem como causa principal a falta de higiene. Com relação ao Hospital João Batista Caribe afirma que “Tem demora sim, mas quem chega lá é atendido, lá é o nosso único suporte. O caribe fica lotado (...) deveria ter um apoio dos governantes.”

Ainda a respeito do Hospital que atende toda a população do Subúrbio T. Santos, diarista diz que “ a gente vai por que não tem jeito mesmo, as coisas atacam na madrugada, não tem dinheiro para pagar transporte. É na onze mesmo.”

Como os moradores estavam preocupados com o proliferação do mosquito da dengue, foi promovido pela aluna, em parceria com uma ONG e com a participação dos moradores um mutirão contra o mosquito(Ver relatório no apêndice).

Alguns meses depois como os agentes de saúde demonstraram-se entusiasmados com a idéia foi promovido um encontro(VER ANEXO) onde eles esclareceram as duvidas dos moradores na Associação Oito de Dezembro e em seguida saíram pelo entorno da Associação distribuindo panfletos e colando Cartazes.

Os moradores são unidos uns e outros não, Por que não ajuda na limpeza, os próprios daqui mesmo que joga (J.Cruz,educadora).

Joana comentou a respeito da atitude dos próprios moradores:

Os moradores ao invés de jogarem o lixo dentro do caixão joga no chão, joga no chão o que acontece o gato vem o rato o cachorro vem o gato ou rata vem e lasca tudo . Quem suja as ruas são os próprios moradores... eu to desenvolvendo aqui com os meninos um projeto que nós vamos sair pelas casas e vamos fazer apelo vê onde tem garrafas agente ir pegando... por que a comunidade que a gente vive e convive a gente precisa de vê ela limpa que já que quando você chega ali na subida ao invés de ver o lixo jogado dentro no caixote ta tudo no chão, ali tem fato de galinha o cachorro vem lasca tudo e sai espalhando pessoal que vem trabalhar, que vem pegar do lixo do caminhão que vem fazer a limpeza não vai sair catando pelo meio da rua...Eles dizem que estão trabalhando de graça para o prefeito só que eu digo pra eles gente...o prefeito não sabe nem quem somos nós....Nós é que sabemos o que ta passando aqui, quer dizer não é para o prefeito que estamos trabalhando é para nós mesmos.

Segundo C. Cruz, 52 anos:

O que acontece com a associação a prefeitura quando veio entregar a escola, não liberou a associação, passou a associação p gente, a prefeitura tomou e deixou a gente voando, nós não temos local nenhuma, ficou de fazer uma outra na rua João Valério. Também não se fez nada

O pessoal da comunidade não tem consciência do esgoto sanitário e da água pluvial e as vezes misturam com a água de esgoto e da entupimento através de tem de fazer uma conscientização local, através de associações ou grupos organizados.

De acordo com M. Souza:

corre um esgoto a céu aberto que está perto do muro da Boa Viagem, onde são é jogado o esgoto daqui do Loteamento e parte do que é produzido pela Empresa e é jogado no mar, depois você vai e toma banho. Imagine? Muita gente ainda pega Marisco aí para comer e para vender.

O esgoto circula próximas as residências, expondo crianças e adultos a vários tipos de doenças. O não tratamento dos dejetos antes de serem lançados ao mar colabora para a poluição do ambiente marinho que serve como área de lazer para

alguns, fonte de renda para outros e ainda como única opção de adquirir alimento para uma parcela da população.

O relato de M. Freitas foi o que mais surpreendeu a aluna devido a sua objetividade, que estava coberta com um sentimento de revolta “de ruim a violência, o problema é a encosta e o posto médico e de bom não tenho o que dizer de bom, por enquanto não moro aqui por necessidade”.(M. Freitas, 30 anos)

Nove dos entrevistados considera que os problemas do local são de responsabilidade do governo e dos moradores e apenas um acredita que é apenas do poder público.

Um dos maiores problemas presentes hoje em Salvador são as ocupações irregulares situadas em encostas, pois a habitação é essencial para o cidadão e o acesso a tal bem de forma regular é prioridade de poucos. A fiscalização para que não sejam formados assentamentos nestas condições, bem como atender a todas as situações de risco é uma tarefa árdua.

O Sr. G. Teixeira, 57 anos de idade, morador do subúrbio há mais de 50 anos, faz uma excelente descrição a respeito do loteamento Colina do Mar.

A maioria da população é jovem, praticamente 70% é jovem e tão precisando de oportunidade. É preciso investir na educação o jovem precisa estudar buscar um curso profissionalizante. Outro lado que precisa melhorar é a assistência social Criar um núcleo de referência para a mulher, por que a mulher esta sendo o pai a mãe se transformou em chefe de família e precisa um pouco mais de assistência.

O loteamento está colado com a Avenida Suburbana, ali tem o Caribé isso facilita, passa ônibus para todo local de Salvador isso facilita. Para você ter uma idéia um vendedor de tomate na feira pega somente um transporte e ainda é beneficiado pelo trem que hoje é R\$0,50. A intervenção do Viver Melhor acabou com os casebres então veio o sistema de esgotamento sanitário

Acrescenta ainda que:

O mundo está globalizado e o consumo dos derivados de petróleo, ele está praticamente sendo usado em demasia né? e isso vem agredindo o meio ambiente. E o loteamento Colina do Mar não tem uma pracinha, mas em volta da Suburbana tem áreas que podem ser reflorestas. Do jeito que as ocupações estão em alta velocidade vai chegar o momento que a gente não vai ter mais espaço verde, não ter mais pracinha e a nossa suburbana se transformar em uma **cidade de pedra** (grifo da aluna). É preciso cuidar do meio ambiente como prioridade.

A produção da cidade voltada para os cidadãos, com mais espaços de sociabilização, está implícita na fala do Sr. Gerson Teixeira Barbosa, 57 anos. Ele faz uma abordagem sobre a necessidade de melhores condições socioambientais para a população do subúrbio.

O Loteamento Colina do Mar por ser um assentamento precário possui diversos impactos socioambientais, principalmente devido a seu tipo de ocupação, situado em uma encosta, além de possuir outros problemas que afetam diretamente a população que reside neste local, como: deficiências com relação ao esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais, abastecimento de água, coleta de resíduos sólidos, higiene, estabilidade das estruturas das edificações em especial as que estão nas áreas de risco, violência e baixo rendimento das famílias.

D. I. Jesus, 58 anos, uma senhora simpática e que sempre está sorrindo fala do seu sonho:

Meu sonho era de ter uma rua melhor mais organizada, a minha casa desejada como eu queria. Com fé em Deus eu ainda consigo o que eu quero.

Diante dos relatos feitos pelos habitantes do local é possível perceber a esperança que eles têm em viver com uma melhor condição de habitabilidade.












Na figura abaixo é possível perceber a realidade do local já descrita no capítulo anterior e relatada pelos moradores entrevistados, bem como a localização das casas que estão nas áreas de risco.

Vale à pena registrar que durante o processo de identificação dos imóveis no local alguns moradores tentaram e se envolveram na tentativa de reconhecer através de um recurso técnico seus imóveis.

FIGURA III
SITUAÇÃO DO LOTEAMENTO COLINA DO MAR



Fonte : Elaborado por Isa Maciel e Maria das Graças Silva em 03/06/08.

LEGENDA	
 Container para lixo	 Limite do loteamento
 Construção do Viver Melhor condenada	 Imóveis que desabaram
 Rua principal do loteamento	 Imóvel destruído pelo dono
 Imóveis na área de risco	 Esgoto a céu aberto
 Acumulo inadequado de lixo	 Escola Municipal /  Escola Estadual

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi abordado ao longo deste trabalho toda a população que compõe os grupos sociais excluídos é sempre ameaçada por riscos socioambientais. Mas estes riscos não afetam somente a este grupo. Acontece que os problemas interferem na vida das pessoas de maneira diferenciada, eles são muito mais agravantes para a população de menor poder aquisitivo, devido as suas condições de sobrevivência no espaço urbano.

Diante de uma realidade contrastante e com uma emergência em melhores condições na qualidade de vida, principalmente para a população pobre, faz necessário um olhar diferente a respeito das cidades, mais humano e sustentável para que os problemas vividos por esta população não se agrave, comprometendo assim o meio ambiente para as gerações futuras.

A discussão a respeito da sustentabilidade urbana surge na década de 1980, muitos são os conceitos e os autores que tentam definir tal termo. Assim, este possui uma complexidade que é amplamente debatida no ambiente acadêmico e atingir tal nível de desenvolvimento é um grande desafio para os gestores urbanos e sociedade organizada para que sejam encontrados novos rumos de uma sociedade com melhores condições ambientais e com mais justiça social.

Salvador possui inúmeras áreas consideradas de risco para a população, devido a uma gestão deficiente, desde décadas passadas sem comprometimento e sem políticas voltadas para uma classe destituída de recursos financeiros suficientes para adquirir de acordo com as regras legais do mercado imobiliário suas habitações.

Estas áreas merecem uma atenção devida e um cuidado especial para que principalmente nos períodos de fortes chuvas as famílias que lá residem possam dormir com mais tranquilidade.

O Loteamento Colina do Mar é um local com características comuns a diversas outras áreas ocupadas pela população com baixo poder aquisitivo. Estudar sua realidade, o processo de ocupação e tratar de aspectos que possibilitem a minimização dos problemas vividos pelos moradores é fundamental para que se possa compreender a dinâmica e evolução de uma ocupação irregular, bem como possíveis formas de proporcionar melhores condições de vida.

A constante utilização da oralidade durante todo o corpo do texto foi de fundamental importância para que fosse percebido que os moradores possuem uma noção de urbanismo resultante de todas as dificuldades que enfrentam diariamente. Pois, são vítimas da deficiente política habitacional brasileira, de programas de governos não concluídos e mal executados.

Existe entre os moradores um consenso de que é primordial uma maior articulação entre eles, através de uma associação ativa para o as reivindicações do local sejam atendidas com mais facilidade. Eles crêem também que para a melhoria das condições locais é importante estar aliado um determinado político, principalmente nos anos eleitorais como o corrente.

A crença de estar sempre atrelado a um político para minimizar os problemas do cotidiano não deve ser condenada, pois é resultado de um passado extremamente centralizador e repressor, que deixou resquícios, portanto as pessoas absorveram tal concepção e mudá-la é muito complicado. É preciso um longo processo de amadurecimento que se torna muito mais difícil para que vive em péssimas condições.

Os problemas discutidos no decorrer deste trabalho que mais afetam a população são resultados da desigual distribuição de renda que é marca da sociedade capitalista e gera impactos como: risco de deslizamento seguido de desabamento, violência, mau acondicionamento do lixo, esgotamento sanitário deficiente, precariedade habitacional, problemas no setor de saúde e com relação à questão habitacional, dentre outros.

As medidas para minimização dos problemas da comunidade do Loteamento Colina do Mar abrangem atitudes técnicas, como: serviço de contenção, infra-estrutura das ruas, esgotamento sanitário, melhor destinação do lixo com a implantação do sistema de coleta seletiva, criação de um espaço onde seja possível implantar uma associação e realizar melhorias habitacionais de qualidade. Mas apenas estas não serão totalmente eficazes se não forem acompanhadas de políticas públicas direcionadas para a população pobre e uma forte articulação entre a sociedade civil.

No campo das soluções as que alcançam maior eficiência possuem como principal instrumento a participação da população através do desenvolvimento de iniciativas como a Agenda 21, um plano de bairro construído pelos próprios moradores, bem como outros instrumentos que incentivem os cidadãos a perceberem que eles são verdadeiros os verdadeiros atores no processo de transformação social.

Assim, é preciso mudar o modelo de reprodução social que vem sendo desenvolvido na capital baiana. Para reverter este quadro o conceito da sustentabilidade urbana surge e com muita rapidez é absorvido devido a necessidade de novas atitudes que garantam o bem estar da coletividade hoje e no futuro.

Sendo as cidades sustentáveis resultantes de uma estreita relação entre desenvolvimento sócio-econômico, o crescimento urbano e a qualidade ambiental, a conquista de uma melhor qualidade de vida para a população do subúrbio é um desafio, pois a cada dia os problemas urbanos se intensificam e devem ser enfrentados pelo Estado e pela sociedade civil.

O sistema capitalista é perverso e as desigualdades são a sua base, sua forma de perpetuação e manutenção. Reverter o atual quadro das capitais brasileiras e aqui em especial da capital Baiana é uma tarefa que exige muita perseverança, luta, união, determinação e governantes comprometidos com a questão socioambiental. Acreditar e colaborar para que exista uma cidade com mais dignidade é dever de todos, principalmente de profissionais oriundos da Universidade pública.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Discursos da Sustentabilidade Urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** Campinas: Anpur, n. 1,1999.

ALVA, Eduardo Neira. **Metrópoles (IN) Sustentáveis.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

BONDUKI, Nabil (Org). **Habitat: as praticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.**2 ed.São Paulo: Estúdio Nobel, 1997.

BRAGA, Rosalina Batista. **Conhecendo a Cidade pelo Averso: O caso de Salvador.** Belo horizonte:Dey Rey, 1994.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador.** Salvador: EDUFBA, 2006.

CARVALHO, Isabel. **Conflitos Sociais e Meio Ambiente.** Desafios políticos e conceituais.Seminário de trabalho promovido pelo Projeto Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática. 4. ed. 2002.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Domene Goméz. Elena. La ecología política urbana: una disciplina emergente para el análisis del cambio socioambiental en entornos ciudadanos. **Documents d' Anàlisi Geogràfica.** Universitat Autònoma de Barcelona. Departament de Geografia Universitat de Girona. Secció de Geografia. N° 48. p. 167-178.

FERNANDES, Edésio; SAULE JR, Nelson; ROLNIK, Raquel. **Regularização daTerra e Moradia.O que é e como implementar,** 2002

JACOBI, Pedro. **Cidade e meio ambiente percepções e práticas em São Paulo.**

São Paulo:Editora Annablume, 2001.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio. **Inovação no campo da gestão publica local: Novos desafios, novos patamares.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KARRUZ, Ana Paula; KEINERT Tânia(orgs).**Qualidade de vida:observatórios, experiências e metodologias.** São Paulo:Editora Annablume,2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Metodologia Científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, Luiz Cruz. **Da cidade ao campo: a diversidade do saber- fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

MULLER, Clarita; AB'SABER, Aziz Nacib(org). **Previsão de Impactos**. São Paulo: Edusp, 1998.

NUNES, Débora (org). **História Urbana de Salvador**. Coordenação de Extensão Comunitária. CD ROM. Salvador: UNIFACS, 2006.

NUNES, Débora. **Pedagogia da Participação: Trabalhando com comunidades**.

RODRIGUES, Ruben Tedeschi. **Comentários ao Estatuto da cidade**. Campinas: Millenium, 2002.

SANTOS, Ailton Dias dos. **Metodologias participativas: Caminhos para o fortalecimento de espaços públicos sócio-ambientais**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SERPA, Angelo. **O espaço publico na cidade contemporânea**. São Paulo: Editora contexto, 2007.

SOUZA, Ângela Godilho. **Limites do habitar**. Salvador: Edufba, 2000.449p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento Urbano**. Bertrand Brasil, 2005.
_____. **Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 4.ed, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento Urbano e ativismos sociais**. Séries Sociedade, Espaço e Tempo. Coleção Paradidáticos. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

UNESCO/Quarteto, 2002.

VEIGA, José Eli da. **A emergência Socioambiental**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

VIANA, Nildo. A vida nas cidades. **Revista Ciência & Vida – Sociologia Especial**. As cidade e a sociedade. ANO I N° 1. São Paulo: 2007. p. 06 – 14.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Planta Topográfica do Loteamento Colina do Mar



Fonte: Elaborada por Isa Maciel.

LEGENDA:

- - - Delimitação do loteamento
- Áreas verdes

APÊNDICE B- PAINEL 1- Imagens do Loteamento



1



4



2



5



3



6

Fotos: Maria das Graças Silva(1,2,3,4,5 e 6)

01- Lixo Acumulado na encosta

02 – 1ª Travessa Miralda Serafim

03 – Vista da encosta pela Av. Suburbana

04 – Lona colocada pela moradora para conter a area

05 – Esgoto a céu aberto

06- Lixo fora do container

APÊNDICE C – Painel 02- Imagens do Loteamento



Fotos: Maria das Graças(01,02,03,04,05 e06)

01- Habitação

02- Casa condenada

03- Colégio Estadual

04- Crianças usam arua como espaço de lazer

05- Encosta (Rua Paulo Avelar)

06-Imagem da Primeira Travessa Paulo Avelar.

APÊNDICE C – RELATÓRIO DO PRIMEIRO MUTIRÃO CONTRA DENGUE

PROJETO DE COMBATE A DENGUE

Maria das Graças Silva¹⁹

O local escolhido para fazer o mutirão foi o Loteamento Colina do Mar em Paripe-Salvador/Bahia. A ocupação inicial era uma invasão que contava no ano 2000 com 426 habitações, hoje de acordo com os moradores mais engajados este numero chega a aproximadamente 600 residências.

A escolha de tal localidade se deu em virtude de ser uma área onde a maioria das pessoas que lá reside possui baixa escolaridade e conseqüentemente uma renda baixa.

O mutirão foi realizado dia 25 de novembro de 2007, contando com a presença de dezenove agentes do bairro e começou por volta das 9h com a exibição de um filme na casa de uma moradora. Vale ressaltar que esta senhora disponibilizou a casa dela para a transmissão do DVD , pois segundo ela todos deveriam ter acesso ao conteúdo do filme e que estava participando por que já havia sido vitima e não gostaria que outras pessoas fossem também.

Após a exibição do filme e os esclarecimentos sobre o mosquito e o mutirão, foram distribuídos os materiais restantes e nos subdividimos nas ruas. Cada agente ficou incumbido de realizar 24 questionários, mas alguns não atingiram esta meta e outros ainda preferiram ficar em duplas.

Com a atividade foram visitadas 275 casas, dentre elas 246 não tinham aparentemente, locais propícios para o desenvolvimento do mosquito. Enquanto que 29 conservavam locais visivelmente adequados a proliferação do aedes aegypti em suas residências. Os focos mais comuns encontrados foram tonéis, vasos e tanques destampados. Foram contabilizadas 1141 pessoas que distribuídas nestas residências, dentre as quais 111 segundo os próprios moradores já foram vitimas pelo menos uma vez da picada do mosquito. Vale deixar claro que muitos não formam ao hospital.

A receptividade da população foi de um modo geral boa, pois todos sabiam da importância de se combater coletivamente o mosquito. Alguns diziam ainda que de anda adiantaria um esforço pessoal se o vizinho não cuidasse de seu quintal.

Uma parcela dos moradores pedia para que jogássemos o pó inseticida em suas casas, mas deixávamos claro que não tínhamos tal material e logo eles compreendiam, mas para uma moradora da Roberto Carol, os remédios não estão fazendo efeito.

O mutirão acabou por volta das 12h e 30min, quando todos retornaram ao ponto de encontro na escola estavam satisfeitos com o trabalho e perguntaram ainda quando seria o próximo e se disponibilizaram para participar de outras atividades em outros locais.

A pratica de atividades como esta pelos próprios moradores tem uma legitimidade considerada, pois é despertado em muitos o compromisso e a responsabilidade pela melhoria da qualidade de vida local.

¹⁹ galgracinha@hotmail.com

APÊNDICE D- QUESTIONÁRIO APLICADO AS PESSOAS QUE ESTÃO OCUPANDO A ÁREA DE RISCO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA I
CURSO DE URBANISMO
Orientanda.: Maria das Graças Silva
Orientador.: Pr. Dr. Eduardo Nunes

1. DADOS PESSOAIS

1.1 Nome _____

1.2 Sexo

masculino

feminino

1.3 Idade

20 a 30 anos

30 a 40 anos

40 a 50 anos

mais de 50 anos

1.4 Estado Civil

Solteiro

casado

separado

viúvo

outro _____

1.5 Quantas pessoas constituem sua família? _____

1.6 Grau de escolaridade

primário incompleto

primário completo

Ens fund incompleto

Ens fund completo

Ens médio incompleto

Ens médio completo

Ens sup incompleto

Ens sup completo

Não estudou

1.7 Natural de

Salvador

interior do estado. Qual? _____

Outro Estado da Federação _____

Outros _____

1.8 Situação profissional

Ativo. Qual setor? _____

desempregado

Aposentado

Outro_____

1.9 Numero de filhos

Feminino_____

Masculino_____

1.9.1 Há quanto tempo mora aqui

Desde o inicio da ocupação

Entre 14 e 18 anos

Entre 10 e 13 anos

Entre 5 e 9 anos

Entre 1 e 4 anos

Menos de 1 ano

1.9.2 De onde você veio?

1.9.3 Por que saiu do lugar onde morava?

2. FINALIDADE

2.1 Por que escolheu morar aqui?

Perto do trabalho

Por que teve dificuldade em encontrar moradia em outras areas da cidade

Proporciona grandes espaços para as habitações

Outro_____

2.2 De que forma você adquiriu sua residência:

Comprou a casa

Invadiu o terreno

Comprou o terreno

Outro_____

2.3 Você tem conhecimento dos problemas deste local:

- Sim Não

2.4 Quais são eles :

- Ocupações em encosta com risco de desabamento
- Deslizamento de terra
- Acúmulo de lixo em local inadequado
- Violência
- Outro _____

2.5 Quem você considera responsável pelos problemas do local

- Os moradores
- Os governantes

Por que _____

2.6 Como é morar aqui:

- Péssimo
- Ruim
- Regular
- Bom
- Ótimo

2.7 Quantas pessoas moram em sua casa

- Mais de cinco
- Menos de cinco
- Cinco

2.8 Quais os compartimentos existem em sua casa

- Sala
- Cozinha
- Quarto
- Banheiro

2.9 Existe algum posto médico perto

Sim Não

2.9.1 Como é o atendimento

Péssimo

Ruim

Regular

Bom

Ótimo

2.9.2 Que tipo de doença é mais comum no bairro

Dengue

Febre

Gripe

Tuberculose

Outras: _____

3.0 Qual sua Religião

Católico

Espírita

Protestante

Outra: _____

3.1 O Loteamento é para você

Tranqüilo

Muito barulhento

violento

Freqüentes brigas no final de semana

3.2 Quanto as soluções para os problemas você acha que é responsável

Moradores

Poder público

Moradores e poder público

ANEXOS

ANEXO A- Relação das áreas que sofreram intervenção do Programa Viver Melhor, tendo como linha de financiamento Pró- Moradia.

Item	Comunidade	Localização	N° famílias	Valor	Conclusão prevista
				OBRA R\$	
1	Alagados I	Enseada dos Tainheiros	587	2.138.198,24	Mai/99
2	Alagados II	Enseada dos Tainheiros	336	2.138.918,24	Mai/99
3	Alternativa	Castelo Branco	163	672.646,59	concluído
4	Alto de São João	Pituaçu	656	2.043.373,09	Fev/99
5	Barriquinha da Capelinha	Capelinha de São Caetano	232	339.847,38	Abr/99
6	Bate Coração I	Paripe	852	2.229.162,11	concluído
7	Bate Coração II	Paripe	939	2.521.298,36	Mar/99
8	Beira Dique	Capelinha de São Caetano	482	1.543.934,21	Mai/99
9	Boca da Mata	Fazenda Grande I	550	1.259.889,62	Concluído
10	Alto da Bela vista I e II/Bx da Gia	Itapuã	1135	2.483.812,11	Jul/99
11	Bx do Cacau I	Lobato	538	2.688.638,74	Jul/99
12	Bx do Cajueiro	Escada	415	2.160.481,84	Jul/99
13	Bx do Caranguejo	Lobato	718	2.601.258,76	Mai/99
14	Bx do fiscal	Calçada	232	592.281,62	Mar/99
15	Bx do Sto Antonio I	São Gonçalo do Retiro	568	3.445.266,29	Concluído
16	Cajazeira II	Cajazeiras	362	2.653.563,22	Concluído
17	Cajazeira X I	Cajazeiras	119	715.169,07	Concluído
18	Calabetão de baixo	BR 324	750	1.346.948,22	Fev/99
19	Candeal pequeno	Candeal	966	1.991.645,73	Set/99
20	Colina do Mar	Paripe	505	1.317.410,10	Concluído
21	Cristo Vida	Cajazeira VII	450	1.803.151,19	Concluído
22	Daniel Gomes	Via regional	963	3.725.233,11	Concluído
23	Democrática	Castelo Branco	360	1.565.656,51	Concluído
24	Dique pequeno	Vasco da Gama	195	485.158,88	Concluído
25	Direito de morar	Castelo Branco	550	3.010.850,49	Concluído
26	Dom Lucas	Castelo Branco	398	1.038.392,92	Concluído
27	Faz Gran IV/ Inf Urb	Fazenda Grande IV	342	2.687.444,03	Concluído
28	Irmã Dulce	Cajazeira VI	560	2.657.173,82	Fev/99
29	Joanes C Oeste	Lobato	819	2.157.863,50	Abr/99
30	João de Barro	Cajazeira III	872	3.369.154,80	Fev/99
31	Moscou I, II, III	Castelo Branco	391	629.351,06	Concluído
32	Nova Republica	Nordeste de Amaralina	693	1.555.662,87	Mai/99
33	Nova Sussuarana	Sussuarana	1164	2.418.755,32	Fev/99
34	Nova Sussuarana II	Sussuarana	820	1.352.393,92	Jun/99
35	Novo Brasil	Castelo Branco	196	961.687,50	Concluído
36	Novos Alagados	Enseada do cabrito	1692	2.839.436,72	Fev/99
37	Santa Fé	Luis Anselmo	213	974.061,11	Fev/99
38	São Cristóvão I	Castelo Branco	405	1.861.788,71	concluído
39	São Cristóvão II	Castelo Branco	293	1383.765,00	concluído
40	São Marcos	Pau da Lima	406	993.403,46	Fev/99
41	Silvio Leal	Cajazeiras	1020	3.902.478,54	concluído
42	Souza Gôes	Castelo Branco	138	902.120,38	Fev/99
43	Vale das dunas do Abaeté	1ª Rotula do Aeroporto	851	3.082.671,63	Jul/99
Total			24.896	82.241.399,01	

FONTE: CASTRO, Cássio Marcelo Silva. **A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS E O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA: ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA VIVER MELHOR EM SALVADOR.** Universidade do Estado da Bahia. Curso de bacharelado em urbanismo. Agosto 2001. Departamento de Ciências Exatas e da Terra I.

**ANEXO B- Dados recolhidos na integra de um documento encontrado na
Fundação Gregório de Matos**

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, SANENAMENTO E HABITAÇÃO
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA BAHIA S/A- URBIS

Programa Viver Melhor
Pró- moradia I e II etapas
Relatório técnico

Area em intervenção	Localização
Colina do Mar	Paripe –Suburbana

Data de ocupação:.1988

Localização:. Entre a rótula de Paripe e o Bairro de Coutos/ Av suburbana

Características da área: Locais insalubres, com alta declividade.

Sit de risco:. Área com ocorrência de erosão e sujeita a escorregamento.

Perc de remanejamento: remanejamento interno para implantação do sistema viário.

Índice de mortalidade infantil (0 a 1 ano): 30/1000

Esg sanitário: Inexistente

Pavimentação das vias:. Inexistente

Equipamentos:. Inexistente

Energia elétrica: ligações clandestinas.

Renda familiar:775 recebem até 1 SM.

Merc trabalho:. Biscateiro, vendedor ambulante, empregados domésticos e operários;

Foram beneficiadas:.505 famílias/ 2525 pessoas

Valor do empréstimo:.R\$ 985,765,32 Por família:.R\$1952,01

Valor do investimento: R\$ 1.263.801,69 Por família:. 2502,58

Prazo da obra:. 8 meses

CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Habitação: Construção de 20 casas de 1 quarto e de 300 módulos sanitários;

Infra-estrutura para 505 unidades com:

-Rede de distribuição de água

_Rede de coletora de esgotos sanitários com estação de tratamento;

_Sistema de coleta de águas pluviais;

_Rede elétrica de distribuição e iluminação pública

_Pavimentação de ruas em asfalto e de caminhos em concreto

Equipamentos:. 01 pré-escola de 05 salas e 01 Conselho de moradores.

_Regularização fundiária : Regularização do lote mediante contrato entre o mutuário e o beneficiário final.

_Organização comunitária: Orientação e assistência na formação de associações, e apoio no desenvolvimento de trabalho de educação.

Apresentação:. Pro moradia objetiva promover a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda residente em áreas de risco ou insalubres, através de soluções hab de urbanização e regularização fundiária, aliadas a ações sócio educativas desenvolvidas em parceria com a comunidade.

N da licitação:. CP 008

Const. Novas. Unid sanitária:300

Só infra estr185

Total de famílias beneficiadas:.505

Total de pessoas beneficiadas:2525

Data da licitação:08/07

Empresa licitante vencedora: Alencar

Investimento CEF:1.263.801,69

Empréstimo CEF:.765,32

Licitação da obra:1.060.552,28

Pres. Comiss Licitação: Eduardo Melo.

Governo Federal
Ministério do planejamento e orçamento
Secretária de política urbana

ANEXO C – Índices Pluviométricos dos últimos 25 anos

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1984	44,5	26,7	217,3	889,8	356,3	219,3	130,6	134,0	206,6	111,3	37,2	27,0	2403,6
1985	119,3	99,1	71,0	869	381,1	167,4	223,4	157,4	66,2	111,5	252	183,2	2700,6
1986	93,1	30,8	274,4	428,5	249,0	194,4	140,4	153,8	234,0	272,3	163,5	83,5	2317,7
1987	21,0	61,9	130,0	147,2	218,9	227,5	238,7	63,5	102,3	14,8	181,6	44,7	1452,1
1988	169,8	80,6	330,6	272	179,1	236,6	295,8	132,4	50,6	77,3	111,4	145,4	2081,6
1989	190,3	28,6	153,9	412,7	662,7	265,8	183,3	1925	249,3	125,4	149,3	446,7	4793
1990	51,1	34,0	70,6	52,6	326,1	211,7	277,5	206,7	134,3	396,9	32,1	247,9	2041,5
1991	188,4	86,8	113,8	304,4	294,4	315,5	100,2	126,2	73,9	30,9	96,6	31	1762,1
1992	76,7	217,5	92,7	128,5	107,0	197,0	196,1	102,5	93,3	23,8	207,7	132,7	1575,5
1993	12,7	5,5	12,3	107,9	386,8	180,8	117,4	164,6	72,7	110,0	48,9	13,6	1233,2
1994	30,0	85,2	240,3	424,9	197,6	477,8	336,5	196,5	101	120,9	49,2	44,9	2304,8
1995	18,9	35,0	81,8	286,2	473,5	245,3	178,0	78,3	67,3	16,5	156,4	41,9	1679,1
1996	55,9	101,9	59,9	757,8	187,5	178,5	202,4	124,0	206,4	111,1	228,6	228,6	2442,6
1997	38,3	225,6	277,6	346,9	165,4	168,7	183,1	52,0	30,0	130,1	26,8	24,9	1669,4
1998	63,6	55,6	117,2	206,0	249,7	358,3	306,5	155,4	63,9	111,8	62,3	34,5	1538,1
1999	99,3	102,9	313,9	376,6	376,9	185,0	225,0	323,5	141,2	163,9	275,5	94,2	2677,9
2000	29,5	85,5	191,9	365,4	241,3	310,5	201,1	136,2	161,6	15,9	74,3	88,0	1901,2
2001	95,2	28,6	264,1	103,5	199,2	195,8	220,3	149,7	190,3	202,3	30,3	112,1	1791,9
2002	252,4	102,8	98,7	69,3	351,6	209,2	254,8	162,8	258,8	18,0	25,2	22,7	1826,3
2003	26,7	97,3	206,3	186,8	550,5	237,5	186,5	136,7	168,7	69,2	132,8	15,2	2014,2
2004	319,4	165,3	122,3	278,4	158,3	327,0	218,4	129,5	40,0	82,0	167,6	10,8	2019
2005	42,9	256,7	349,4	415,0	198,2	421,1	204,1	117,1	50,6	32,9	72,8	75,5	2236,3
2006	40,1	7,1	35,0	587,4	397,1	401,4	91,7	117,7	126,9	258,9	220,0	30,3	2313,6
2007	20,0	282,6	86,8	139,8	211,2	134,0	130,4	109,0	86,7	78,9	19,1	12,9	1311,4
2008	17,8	182,6	132,8										333,2
Normal Esp.	102,2	122,1	148,0	326,2	349,5	251,0	184,9	134,1	109,5	123,0	119,0	130,6	2100,3

FONTE: Disponível em <http://www.defesacivil.salvador.ba.gov.br>

Acesso em 25/04/2008

LEGENDA:

— Ano da Ocupação — Mês que ocorreu deslizamento

ANEXO D - Áreas que sofreram intervenção via *Pró Moradia* 1ª Etapa 1995 a 1997

Ordem	Comunidade	Localização
01	Cajazeiras XI/ Jardim Santa Bárbara	Cajazeiras
02	Boca da Mata/Fazenda Independência ⁽¹⁾	Fazenda Grande de Cajazeiras
03	Direito de Morar	Castelo Branco
04	Moscou I e II	Castelo Branco
05	Colina do mar	Paripe
06	Fazenda Grande IV ⁽¹⁾	Fazenda Grande de Cajazeiras
07	São Cristóvão I ⁽¹⁾	Castelo Branco
08	São Cristóvão II ⁽¹⁾	Castelo Branco
09	Novo Brasil	Castelo Branco
10	Alternativa	Castelo Branco
11	Dom Lucas ⁽¹⁾	Cajazeiras
12	Silvio Leal	Cajazeiras
13	Democrática ⁽¹⁾	Castelo Branco

Nota: (1) Esta obra foi realizada através de mutirão, no sub-programa Bairro Novo Vida Nova

Fonte: CASTRO, Cássio Marcelo Silva. **A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS E O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA: ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA VIVER MELHOR EM SALVADOR.** Universidade do Estado da Bahia. Curso de bacharelado em urbanismo. Agosto 2001. Departamento de Ciências Exatas e da Terra I.

ANEXO E –Jornal Correio da Bahia 02/05/06

Quatro casas desabam por causa da chuva

Casos mais graves provocados pelo temporal ocorreram nos bairros do Taboão Miúdo, Coutos e Pirajá

Camila Vieira

É cada vez maior o número de acidentes provocados pela chuva. Apenas ontem, 151 ocorrências foram registradas pela Codelsa e mais quatro casas desabaram em Salvador devido ao temporal da madrugada. Os casos ocorreram nos bairros do Taboão, Pau Miúdo, Coutos e Pirajá. Embora o sol tenha aparecido de forma tímida ontem, a chuva deve continuar a cair nos próximos dias. Para piorar a situação de quem vive nas encostas, a previsão é de chuva forte durante as madrugadas e início das manhãs. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) prevê períodos de melhoria, com possibilidade de sol fraco, mas apenas durante o dia.

Parte do telhado da loja Rápido Baiano, na Rua do Taboão, nº109, despencou ontem, por volta das 5h. Moradores do local acordaram assustados com o barulho. Na manhã de ontem, o proprietário do imóvel comercial ainda não tinha sido informado do ocorrido. Um dos residentes do local, que não quis revelar a identidade, declarou estar muito preocupado com a situação do Taboão. "Tenho medo que esse desabamento seja o primeiro de muitos. Aqui está tudo em risco e ninguém faz nada", disse o comerciante, morador do lugar há 35 anos.

A realidade do imóvel nº130, na Rua Valério e Silva, Pau Miúdo, também é bastante delicada. O barranco da casa vizinha deslitou e provocou o desabamento do muro da garagem ao lado. Os destroços atingiram três carros que estavam no local, mas ninguém ficou ferido. O dono da casa, o vendedor Weslei Queiroz, 35 anos, teme que o acúmulo de terra, formado no telhado de seu imóvel, ve-



Parte do telhado da loja Rápido Baiano, no Taboão, despencou por volta das 5h

nha a desmoronar e invadir a casa. "Parte da terra caiu na minha varanda. Pode chover novamente e atingir a gente aqui dentro", assinalou Silva, que é pai de três crianças, com idade de 3, 5 e 7 anos. "Pior é que meus meninos brincam aqui e estão correndo risco", declarou preocupado.

No subúrbio Imeroviano a situação permanece crítica. Na Rua Sônia e Lima, Loteamento Colina do Mar, em Coutos, a casa da Emília dos Anjos foi ao chão na madrugada de ontem. A dona de casa, mãe de dois filhos, conta que estava dormindo quando ouviu os estrondos. "Comecei a pedir socorro. Pensei que estavam arrombando minha casa, mas eles estava caindo. Peguei meus meninos e corri para casa de meu tio que mora aqui perto", disse ela, assinalando que vai aguardar o auxílio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes).

Além da casa que desabou (23-E), outras três imóveis do lo-

teamento (1-E, 21-E, 25-E) foram condenados pela Defesa Civil e podem desabar a qualquer momento. A vice-presidente da Associação Beneficente Moradores Colina do Mar, Creusa Maria dos Santos, afirma que as casas condenadas apresentam riscos para outras oito construções. "Se essas casas despencarem vai ser uma tragédia para as pessoas que moram nos imóveis de baixo. Nós estamos desesperados. Precisamos de ajuda urgente", reforçou.

Ontem, moradores da Avenida Suburbana tentavam se recuperar dos transtornos provocados pela chuva de ontem, limpando suas casas e removendo o barro com carros de mão. Funcionários da Empresa de Limpeza Urbana (Limparb) e Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade (Sumac) realizaram uma operação para a retirada a lama das ruas. No trecho São Bartolomeu, onde o Rio do Céu transbordou, inundando mais

de 20 imóveis, foi preciso o auxílio de quatro caminhões e um trator. Quem tentou passar pelo local de carro teve dificuldades. Alguns veículos ficaram atolados na lama.

Contactadas pela Coordenação de Defesa Civil (Codelsa), as 20 famílias que tiveram seus imóveis inundados pela chuva se recusam a deixar o local, se acomodaram nas redondezas e aguardam até que as águas baixem. A Codelsa registrou, até às 19h30 de ontem, o total de 151 ocorrências entre deslizamentos de terra, ameaças de deslizamentos, desabamentos de casas e alagamentos de áreas. Os bairros mais atingidos pela chuva foram Rio Sena, Mirante de Peripet, Fazenda Coutos, São Castano, Plataformas, Nova Brasília do Aeroporto, Campinas de Pirajá e Plataforma, Na Liberdade, São Castano, Capelinha de São Castano, Novo Marotinho e Plataforma, a Codelsa registrou ameaça de deslizamentos de terra.

Foto de Antonio Tavares

Moradores de Paripe unidos no combate à dengue

Voluntários percorrem as ruas do bairro distribuindo aos vizinhos folhetos informativos sobre a doença

Ciro Brigham

A constatação de que o subúrbio terroviário ostenta um índice de infestação do Aedes aegypti dez vezes superior ao recomendado pelo Ministério da Saúde tem colocado a população de alguns bairros em alerta. De outro nos números do primeiro Levantamento de Índice Rápido de Infestação do Aedes aegypti (Lurati) de 2008 e no reflexo das estatísticas, muita gente começa a despir para a importância do trabalho comunitário no apoio aos agentes de controle de epidemias. Ontem, em Paripe, um grupo de moradores planejou por algumas ruas da localidade distribuindo folhetos e orientações.

Mulheres, crianças, membros da Associação de Moradores 6 de Dezembro, Gente comum e interessada em extrair a amênia do mosquito de pernas rajadas se reuniu logo cedo para receber material informativo e lembrar as recomendações básicas a serem passadas aos donos de imóveis visitados. E o primeiro multirão comunitário contra a dengue no bairro. "A gente quer que os moradores percebam que cada um de nós tem um papel importante e pode ser um agente no local onde mora", defende a estudante de urbanismo da Unib, Maria das Graças Silva.

Divididos em grupos, os voluntários foram às ruas batendo de porta em porta, en-



Foto: M. Almeida

Crianças exibem recipientes de água abandonados, 'porta aberta' para a proliferação do mosquito da dengue

trepando folhetos que alertam as situações de risco para a proliferação dos focos. Eles também descrevem como evitar e combater a dengue e ressaltam as principais dúvidas acerca da transmissão, sintomas e tratamento da doença. "A maior quantidade de focos que verificamos aqui é em tanques e tanques de cimento. Normalmente, o pessoal utiliza telhas onduladas ou telhas para tampar, e não fica bem vedado", explica o engen-

heiro Márcio Oliveira Santos. Dona Creuza Santa Cruz, membro da Associação Comunitária do Mar, lembra que as casas fechadas e cheias de lixo também escondem focos potenciais. "Lá em cima tem muitas, sem falar nos muros com casco de vidro acumulado água. Até tem lugar para o 156 (Salvador Almedej) e para o 3611-7310 (Centro de Controle de Zoonoses), mas não conparamos", conta. Até mesmo as gelate-

rias estão na mira de quem trabalha pela prevenção. "Alguns modelos novos têm uma bandeja atrás, junto do motor, para reter água. Pouca gente lembra de esvaziar. Freezers e geladeiras em desuso também podem ser focos, se não forem bem limpos", ensina o agente Lazaro Gil.

Paripe tem 19 mil imóveis distribuídos em 3,35 quarteirões. Para cobrir esse território, os 15 agências da área de Neilson.